

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	54
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	56
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	58
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	59
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	60

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.270.721
Preferenciais	5.270.721
Total	10.541.442
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.677.788	2.568.334
1.01	Ativo Circulante	1.550.287	1.774.166
1.01.01	Disponibilidades	58.170	46.319
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	167.762	170.581
1.01.02.01	Aplicação no Mercado Aberto	0	10.005
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	167.762	160.576
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	383.548	586.914
1.01.03.01	Carteira Própria	383.548	476.549
1.01.03.02	Vinculados à Prestação de Garantias	0	184
1.01.03.03	Vinculados a Compromisso de Recompra	0	63.677
1.01.03.04	Vinculados ao Banco Central	0	46.504
1.01.04	Relações Interfinanceiras	266.750	274.080
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	8.810	1.160
1.01.04.02	Créditos Vinculados	256.265	272.861
1.01.04.03	Correspondentes	1.675	59
1.01.06	Operações de Crédito	657.426	682.283
1.01.06.01	Operações de Crédito	682.557	708.307
1.01.06.02	(Provisão para Operação de Crédito)	-25.131	-26.024
1.01.08	Outros Créditos	15.526	13.202
1.01.08.01	Rendas a Receber	3.933	4.370
1.01.08.02	Diversos	11.607	8.833
1.01.08.05	Provisão para Outros Créditos de Liquidação	-14	-1
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.105	787
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	1.743	1.703
1.01.09.02	Provisões para Desvalorização	-1.079	-1.079
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	441	163
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.069.688	737.177
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	385.731	178.749
1.02.02.01	Carteira Própria	315.394	178.749
1.02.02.03	Vinculados a Compromissos de Recompra	33.637	0
1.02.02.04	Vinculados a Prestação de Garantias	189	0
1.02.02.05	Vinculados ao Banco Central	36.511	0
1.02.03	Relações Interfinanceiras	19.513	19.359
1.02.03.01	Créditos Vinculados	19.513	19.359
1.02.05	Operações de Crédito	556.322	432.027
1.02.05.01	Operações de Crédito	567.284	441.769
1.02.05.02	(Provisão para Operação de Crédito)	-10.962	-9.742
1.02.07	Outros Créditos	108.122	107.042
1.02.07.01	Diversos	108.134	107.068
1.02.07.03	(Provisões p/Out. Cred. de Liq. Duvidosa)	-12	-26
1.03	Ativo Permanente	57.813	56.991
1.03.01	Investimentos	1.021	924
1.03.01.04	Outros Investimentos	1.477	1.380
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-456	-456
1.03.02	Imobilizado de Uso	42.145	40.877

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.03.02.01	Imóveis de Uso	55.735	53.151
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	32.078	31.768
1.03.02.03	Depreciações Acumuladas	-45.668	-44.042
1.03.04	Intangível	14.647	15.190
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	20.146	19.803
1.03.04.02	Amortização Acumulada Ativos Intangíveis	-5.499	-4.613
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	28.627	28.627
1.03.05.02	Amortizações Acumuladas	-28.627	-28.627

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.677.788	2.568.334
2.01	Passivo Circulante	1.628.976	1.606.748
2.01.01	Depósitos	1.488.222	1.438.462
2.01.01.01	Depósitos à Vista	480.001	485.067
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	633.263	622.584
2.01.01.03	Depósitos à Prazo	310.205	273.210
2.01.01.04	Depósitos Interfinanceiros	64.753	57.601
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	0	63.441
2.01.04	Relações Interfinanceiras	24.654	972
2.01.04.01	Recebimento e Pagamento a Liquidar	24.654	972
2.01.05	Relações Interdependências	2.494	354
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.494	354
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	20.462	18.656
2.01.07.01	BNDES	864	889
2.01.07.02	FINAME	5.442	4.131
2.01.07.03	Outras Instituições	14.156	13.636
2.01.09	Outras Obrigações	93.144	84.863
2.01.09.01	Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhado	15.522	1.503
2.01.09.02	Fiscais e Previdenciárias	37.480	33.889
2.01.09.03	Negociação e Intermediação de Valores	16	14
2.01.09.04	Diversas	37.299	34.908
2.01.09.05	Sociais e Estatutárias	2.827	14.549
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	852.348	784.325
2.02.01	Depósitos	633.188	604.161
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	633.188	604.161
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	33.499	0
2.02.02.01	Carteira Própria	33.499	0
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	72.761	70.691
2.02.07.01	BNDES	1.417	1.666
2.02.07.02	FINAME	13.659	13.107
2.02.07.03	Outras Instituições	57.685	55.918
2.02.09	Outras Obrigações	112.900	109.473
2.02.09.01	Fiscais e Previdenciárias	14.248	13.858
2.02.09.02	Diversas	6.341	6.433
2.02.09.03	Dívidas Subordinadas	92.311	89.182
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	151	6
2.05	Patrimônio Líquido	196.313	177.255
2.05.01	Capital Social Realizado	100.920	100.920
2.05.04	Reservas de Lucro	76.335	76.335
2.05.04.01	Legal	7.059	7.059
2.05.04.02	Estatutária	69.276	69.276
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	19.058	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	111.668	75.785
3.01.01	Operações de Crédito	84.198	54.824
3.01.02	Resultado de Títulos e Val. Mobiliários	25.034	19.384
3.01.03	Aplicações Compulsórias	2.436	1.577
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-46.707	-33.813
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-39.664	-27.555
3.02.02	Empréstimos, Cessões e Repasses	-1.650	-1.118
3.02.03	Provisões para Operações de Crédito	-5.393	-5.140
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	64.961	41.972
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-25.866	-26.460
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	22.127	16.960
3.04.02	Despesas de Pessoal	-25.802	-25.528
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-17.785	-14.564
3.04.03.01	Desp. Água, Energia e Gás	-637	-807
3.04.03.02	Desp. Aluguel	-473	-452
3.04.03.03	Desp. Comunicações	-1.794	-1.580
3.04.03.04	Desp. Manut. Conserv. de Bens	-558	-658
3.04.03.05	Desp. Material	-434	-335
3.04.03.06	Desp. de Processamento de Dados	-1.846	-1.393
3.04.03.07	Desp. Promoções e Rel. Públicas	-2.203	-1.737
3.04.03.08	Desp. Propaganda e Publicidade	-141	-124
3.04.03.09	Desp. Publicações	-365	-172
3.04.03.10	Desp. Seguros	-1	-88
3.04.03.11	Desp. Serv. Sist. Financeiros	-963	-883
3.04.03.12	Desp. Serv. Terceiros	-1.809	-1.265
3.04.03.13	Desp. Serv. Vigilância e Segurança	-1.367	-1.358
3.04.03.14	Desp. Serv. Terc. Especializado	-749	-127
3.04.03.15	Desp. Transporte	-964	-734
3.04.03.16	Desp. Condomínio	-32	-140
3.04.03.17	Desp. Contrib. Entidades Associadas	-95	-104
3.04.03.18	Desp. Amortização	-886	-935
3.04.03.19	Desp. de Depreciação	-1.626	-1.449
3.04.03.20	Outras Despesas Administrativas	-842	-223
3.04.04	Despesas Tributárias	-4.924	-3.542
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	701	319
3.04.05.01	Recuperação Encargos / Despesas	583	21
3.04.05.02	Reversão Prov. Operacional	15	293
3.04.05.03	Outras	6	5
3.04.05.05	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	97	0
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-183	-105
3.04.06.02	Desp. Contrib.- SFH	-1	-5
3.04.06.03	Outras	-151	-46
3.04.06.04	Desp. Desc. Conc. Reneg.	-31	-54
3.05	Resultado Operacional	39.095	15.512

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.06	Resultado Não Operacional	183	-131
3.06.01	Receitas	1.107	546
3.06.02	Despesas	-924	-677
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	39.278	15.381
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-14.607	-5.620
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-3.025	-1.067
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	21.646	8.694
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	2,05343	0,82475

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-45.540	-17.717
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	24.358	11.078
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	21.646	8.694
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	2.512	2.385
6.01.01.03	Provisão p/ Desvalorização de Outros Valores e Bens	0	3
6.01.01.04	Variação nos Resultados de Exercícios Futuros	145	-4
6.01.01.06	Provisão p/ Créditos Vinculados - FCVS	55	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-66.495	-27.007
6.01.02.01	Operações de Crédito	-99.438	-50.922
6.01.02.02	Relações Interf. e Interdependência	32.943	23.915
6.01.03	Outros	-3.403	-1.788
6.01.03.01	Outros Créditos	-3.403	-1.788
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	61.841	-42.697
6.02.01	Depósitos	78.787	-44.591
6.02.02	Obrigações por Empréstimos e Repasses	3.877	4.065
6.02.03	Captação de Mercado Aberto	-29.942	285
6.02.04	Outras Obrigações	11.707	-287
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio	-2.588	-2.169
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.450	55.701
6.03.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-2.894	-2.404
6.03.03	Inversões em Investimentos	-97	0
6.03.05	Alienação de Imobilizados de Uso	0	149
6.03.07	Aplicação do Intangível	-344	-348
6.03.08	Aplicações Interfinanceiras em Liquidez	2.819	76.827
6.03.09	Outros Valores e Bens	-293	-111
6.03.10	Títulos e Valores Mobiliários	-3.616	-18.412
6.03.11	Aplicação de Bens Não de Uso Próprio	-25	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.851	-4.713
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	46.319	40.963
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.170	36.250

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	100.920	0	0	76.335	0	0	177.255
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	100.920	0	0	76.335	0	0	177.255
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.646	0	21.646
5.05	Destinações	0	0	0	0	-2.588	0	-2.588
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.588	0	-2.588
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	100.920	0	0	76.335	19.058	0	196.313

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	100.920	231	0	47.380	0	0	148.531
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	100.920	231	0	47.380	0	0	148.531
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.694	0	8.694
5.05	Destinações	0	0	0	0	-2.169	0	-2.169
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.169	0	-2.169
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	100.920	231	0	47.380	6.525	0	155.056

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	128.824	87.824
7.01.01	Intermediação Financeira	111.668	75.785
7.01.02	Prestação de Serviços	22.127	16.960
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.393	-5.140
7.01.04	Outras	422	219
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-41.313	-28.673
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-14.891	-12.106
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-13.265	-10.710
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.809	-1.265
7.03.04	Outros	183	-131
7.03.04.01	Resultado Não Operacional	183	-131
7.04	Valor Adicionado Bruto	72.620	47.045
7.05	Retenções	-2.512	-2.384
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.512	-2.384
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	70.108	44.661
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	97	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	70.205	44.661
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	70.205	44.661
7.09.01	Pessoal	28.467	26.312
7.09.01.01	Remuneração Direta	16.169	15.505
7.09.01.02	Benefícios	3.257	3.208
7.09.01.03	F.G.T.S.	1.265	1.274
7.09.01.04	Outros	7.776	6.325
7.09.01.04.01	Previdência Privada	781	756
7.09.01.04.02	Encargos Previdenciários	3.970	4.502
7.09.01.04.03	Participação nos Resultados	3.025	1.067
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	19.531	9.163
7.09.02.01	Federais	18.907	8.606
7.09.02.02	Estaduais	1	17
7.09.02.03	Municipais	623	540
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	561	492
7.09.03.01	Aluguéis	473	452
7.09.03.02	Outras	88	40
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	21.646	8.694
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	2.588	2.169
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	19.058	6.525

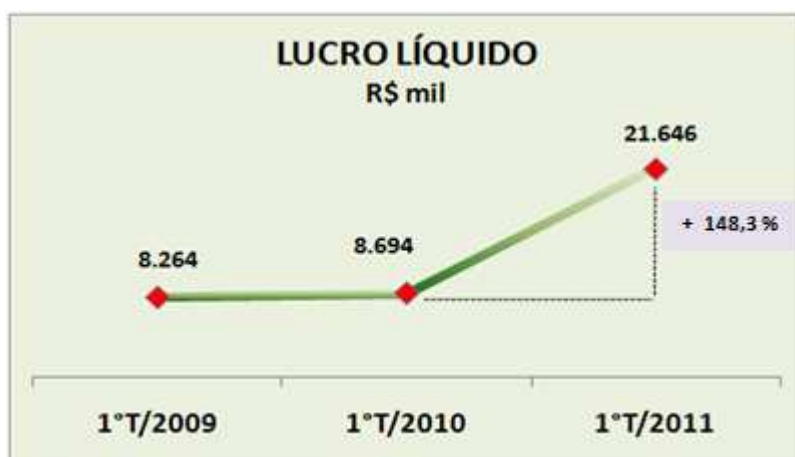
Comentário do Desempenho

Relatório de Desempenho

1º Trimestre / 2011

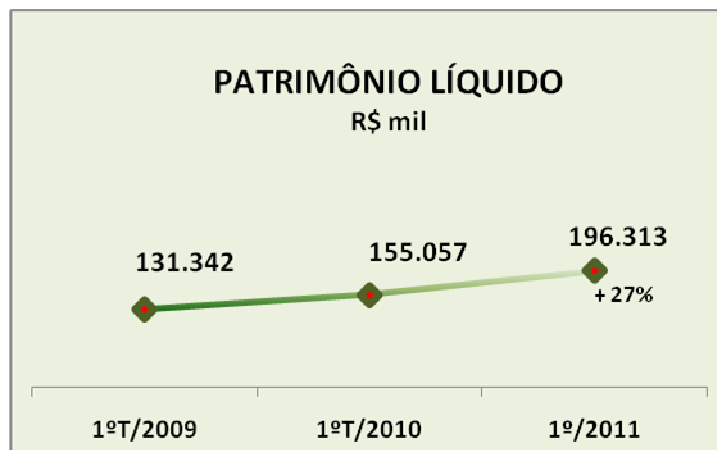
Lucro Líquido

No primeiro trimestre de 2011, o lucro líquido consolidado gerado foi de R\$ 21,6 milhões, 148,3% acima do resultado desse mesmo período de 2010, desempenho resultante do crescimento das receitas de operações créditos, aumento nas receitas de prestações de serviços. No valor apresentado não foram deduzidas as participações no lucro.

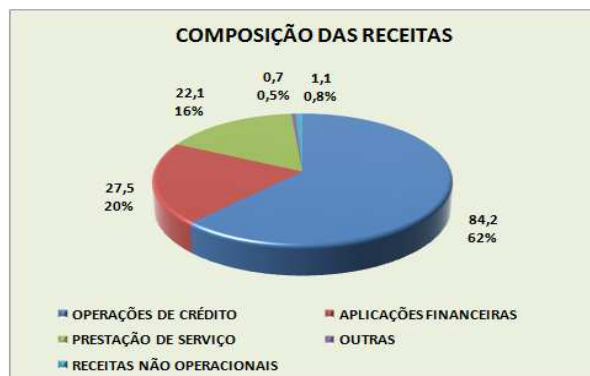
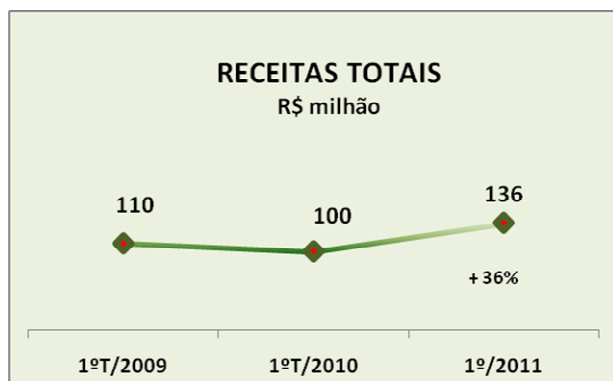


Patrimônio Líquido

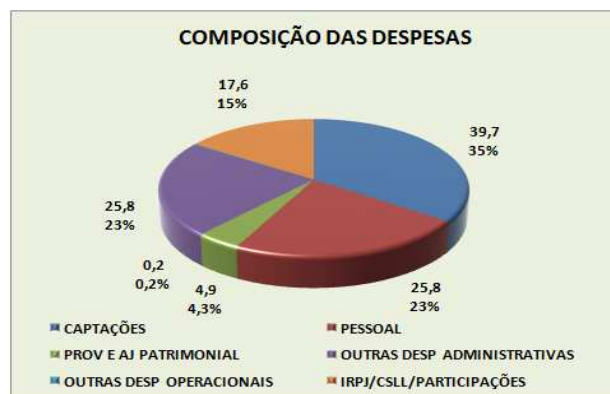
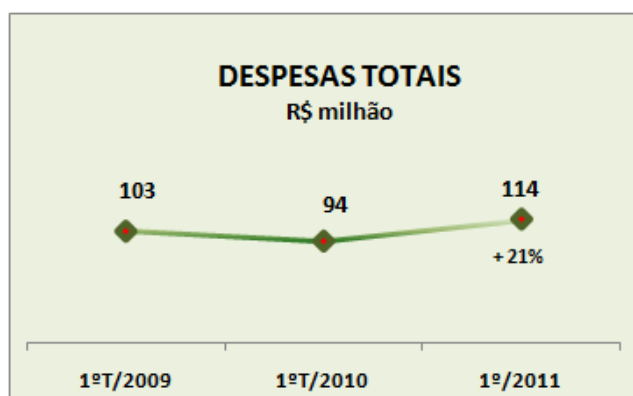
Em março de 2011, o Banese registrou um patrimônio líquido de R\$ 196,3. A expansão de 27% em um ano tem como origem a incorporação dos resultados gerados. A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio atingiu 54,5% neste período.



As Receitas Totais somaram R\$ 136 milhões e as principais variáveis nesse montante foram: as receitas de operações de crédito, no valor de R\$ 84,2 milhões representando 62% do total, as receitas de aplicações financeiras, R\$ 25 milhões, representando 20%, e ainda, as receitas de prestação de serviços R\$ 22,1 milhões, que equivalem a 16%.



As Despesas Globais alcançaram um patamar de R\$ 114 milhões. A composição dos principais itens foi: as despesas de captação no valor de R\$ 39,7 milhões que equivale a 35% do global, as despesas de pessoal, R\$ 25,8 milhões equivalente a 23%, e as outras despesas administrativas, R\$ 17,8 milhões, 16% do total.



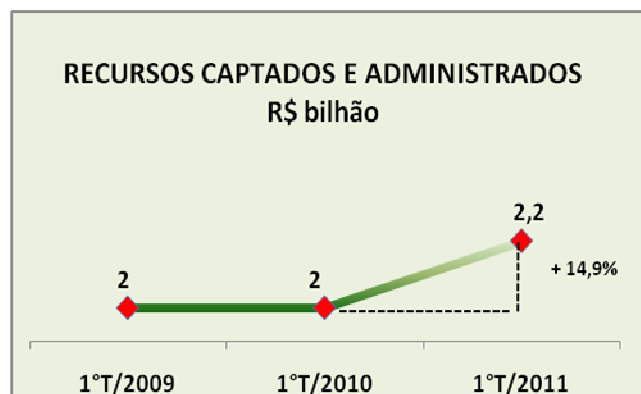
Ativo

O Ativo Total do Banese continua registrando crescimento, tendo alcançado o saldo de R\$ 2,7 bilhões ao final de março de 2011, com incremento de 20% em relação aos R\$ 2,2 bilhões registrados nesse período em 2010.



Recursos Captados e Administrados

Os recursos de terceiros captados pelo Banese no primeiro trimestre de 2011 somaram R\$ 2,2 bilhões, com incremento relativo de 14,9% em relação à posição registrada em março de 2010.



Aplicações Financeiras

Em março de 2011 foi atingida a marca de R\$ 937 milhões em aplicações financeiras. É relevante apresentar que os títulos classificados em TVM, R\$ 769,3 milhões, apresentam para Livre Negociação R\$ 383,5 milhões e mantidos até o vencimento R\$ 385,8 milhões.



Em observância ao art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banese apresenta intenção e capacidade financeira de manter até vencimento os títulos classificados contabilmente na categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento". Esta avaliação considera além do histórico de colchão de liquidez, a projeção do fluxo de caixa não considerando a venda desses títulos.

Operações de Crédito

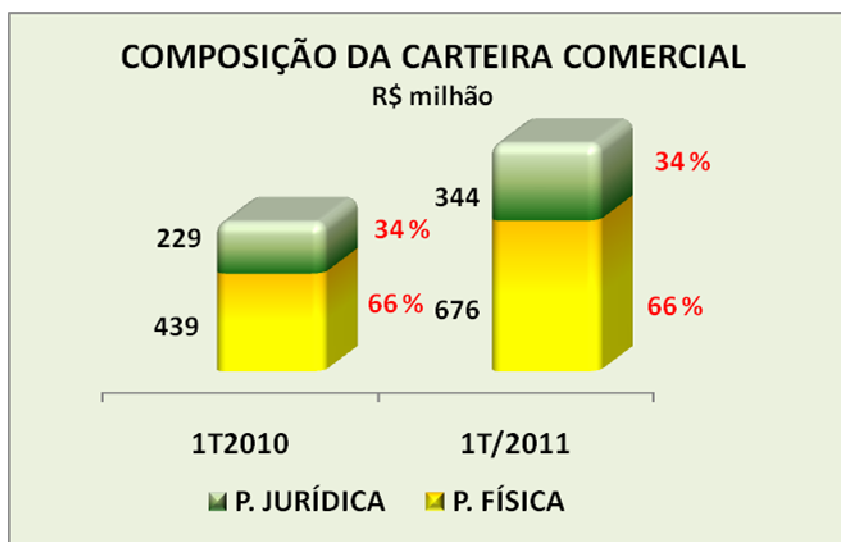
Em constante crescimento, as operações de crédito foram incrementadas em 51% em relação a esse período no ano de 2010.



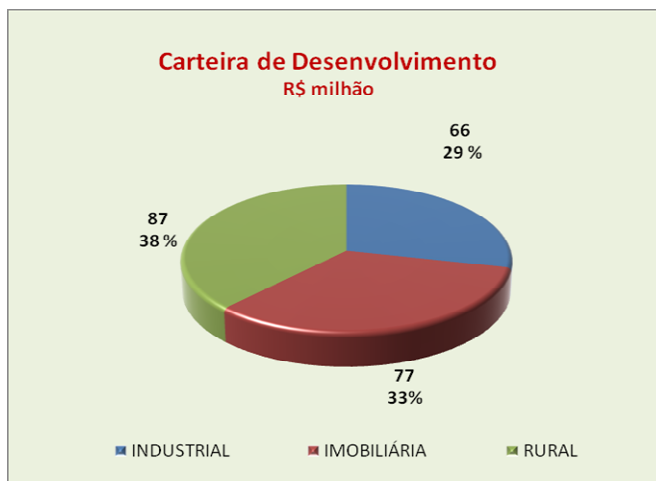
Composição das Operações de Crédito
(R\$ milhão)

	1T11	1T10	1T09
CRÉDITO COMERCIAL	1.020	667	554
CRÉDITO DESENVOLVIMENTO	229	161	101
TOTAL	1.250	829	655

O crédito comercial tem apresentado crescimento constante. O incremento do primeiro trimestre de 2010 a esse mesmo período de 2011 foi de R\$ 353 milhões, o que representa 53% de majoração, atingindo o patamar de R\$ 1.020 milhão. Os principais produtos que compõem a carteira comercial são: o Credi-Salário, Progiro e o ECC vinculado ao cartão de crédito.



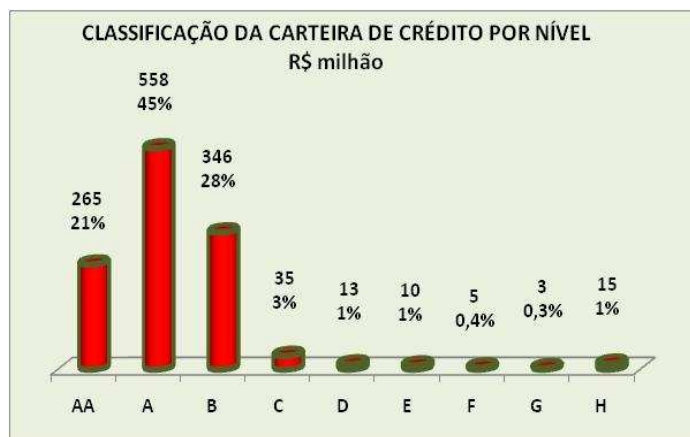
Acompanhando o crescimento da comercial, a carteira de desenvolvimento do Banese apresentou alta no período correspondente de R\$ 68 milhões, equivalente a elevação de 42%.



Política de Crédito

O BANESE estabelece uma Política de Crédito que determina o padrão de qualidade e liquidez na aplicação dos ativos, suportada por sistemas de Credit Scoring, definindo alçadas e análises fundamentadas por Comitês Especiais.

Resultante de um trabalho metódico, favorece a mitigação de riscos, qualidade e seletividade, cuja classificação, regida pela resolução nº 2.682 do Banco Central, concentra 94,8% das suas operações entre os níveis de risco de "AA" a "C".



O Banese contabilizou como provisionamento de operações de crédito, em função dos riscos inerentes às operações e clientes tomadores de recursos, o montante de R\$ 36,1 milhões.

No fim do primeiro trimestre de 2011, o índice de inadimplência registrado para as operações de crédito, realizadas pelo Banese atingiram 0,9%, ante o percentual de 1,8% registrado no mesmo período de 2010. Destacamos que se utiliza um default de 60 dias para essa aferição.

O índice de eficiência, no 1º trimestre de 2011, foi de 50,0%, ante os 68% de março de 2010. A melhora no resultado do indicador está relacionada ao controle das despesas administrativas, ao crescimento do resultado bruto da intermediação financeira e à elevação das receitas de tarifas.

O indicador de Basiléia do Banco do Estado de Sergipe em março de 2011 foi de 19,51%, o que representa um variação de 6,58 p.p. em relação ao mesmo período de 2010. Essa elevação do índice de capital (K) é principalmente explicada pela captação no mercado de 64 Letras Financeiras Subordinadas - LFS, no formato da Lei nº 12.249, 11 de junho de 2010 e Resolução 3.836 do CMN - Letras Financeiras, no valor total de R\$ 88 milhões. Esses títulos são elegíveis como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada, na forma da Resolução 3444, de 28 de fevereiro de 2007. Os valores foram incorporados ao Patrimônio de Referência.

Relações com Investidores

Aos investidores é facilitado o acesso às informações, inclusive via endereço eletrônico no site www.banese.com.br, obedecendo à política de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes que estabelece as regras e diretrizes adotadas por toda companhia para essa realização.

Como Sociedade de Economia Mista, o Banese é uma empresa de capital aberto, cujo Governo do Estado de Sergipe é detentor de 94% de ações ordinárias nominativas e 86% de ações preferenciais nominativas. O "Free Float" do Banese, ou seja, a quantidade percentual de ações livres à negociação no mercado, representa 10,13% do total das 10.541.442 ações.

No fim do primeiro trimestre de 2011, as ações do Banese apresentaram valor unitário de R\$ 30,10 para as ordinárias nominativas e R\$ 34,98 para as preferenciais nominativas.

Estratégia

A estratégia do BANESE foi sintetizada em um mapa estratégico, que é a representação gráfica dos desafios a serem superados para a consecução da sua Visão de Futuro para 2014 – "Aumentar a participação no desenvolvimento de Sergipe, sendo o banco preferencial e crescendo os seus indicadores de sustentabilidade até 2014", e a realização da sua missão – "Promover o desenvolvimento de Sergipe fornecendo soluções financeiras, de forma sustentável, gerando valor para seus clientes e acionistas".

Auditoria Independente

Com relação à Auditoria Externa, no que se refere à Instrução Normativa da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, IN 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Estado de Sergipe S.A. informa que, em consonância com o teor da Instrução nº 381, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Associados não relacionados à auditoria externa.

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o

seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

Principais Itens de Resultado - R\$ Milhões	1T11 REAL(c)	1T10 (d)	% Cresc. c / d	4T10	3T10	2T10
Despesas com Provisão para Operações de Créditos	12,1	11,3	7,1%	8,7	13,8	5,9
Receita de Intermediação Financeira	111,7	75,8	47,4%	102,3	91,4	85,2
Despesa de Intermediação Financeira	46,7	33,8	38,2%	42,6	41,8	33,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	65,0	42,0	54,8%	59,7	49,6	51,5
Receita de Serviços e Tarifas Bancárias	22,1	16,9	30,8%	22,3	20,5	19,0
Receita de Operações de Crédito	83,4	54,2	53,9%	72,9	66,7	59,5
Receita de Aplicações Financeiras	25,5	19,5	30,8%	22,2	27,9	24,3
Despesas Administrativas	41,2	37,8	9,0%	42,5	38,3	38,9
Investimentos	10,7	2,9	269,0%	3,1	2,3	8,9
Resultado Operacional (Receita Operacional - Despesa Operacional)	36,5	13,3	174,4%	28,8	21,6	23,4
Receita Bruta	143,0	100,0	43,0%	131,6	122,8	112,3
Lucro Líquido de Publicação	21,6	8,7	148,3%	18,2	13,9	13,7
Principais Itens Patrimoniais - R\$ Milhões	1T11 REAL(c)	1T10 (d)	% Cresc. c / d	4T10	3T10	2T10
Ativos Totais	2.677,8	2.226,5	20,3%	2.568,3	2.441,6	2.430,9
Aplicações Financeiras	937,0	995,1	-5,8%	936,2	957,4	1.086,9
Carteira de Crédito Total	1.249,8	828,6	50,8%	1.150,1	1.004,0	903,1
Carteira de Crédito Comercial	1.020,4	667,4	52,9%	930,6	810,5	727,7
Carteira de Crédito de Desenvolvimento	229,4	161,2	42,3%	219,5	193,5	175,4
Provisão para Operações de Créditos	36,1	35,7	1,1%	35,8	34,7	33,0
Créditos em Atraso > 60 dias	11,5	15,0	-23,3%	11,3	8,0	12,5
Recursos Captados e Administrados	2.248,1	1.955,9	14,9%	2.195,4	2.134,5	2.130,0
Depósitos Totais	2.121,4	1.876,7	13,0%	2.042,6	1.993,8	2.046,9
Repasses	93,2	64,5	44,5%	89,3	77,3	68,2
Patrimônio Líquido Ajustado	196,3	155,1	26,6%	177,3	176,9	167,2
Patrimônio Líquido Ajustado Médio	188,3	152,0	23,9%	167,5	162,8	157,2
Ativo Total Médio	2.697,7	2.288,7	17,9%	2.401,8	2.355,7	2.327,8
Índices Financeiros - %	1T11	1T10	1T11 / 1T10	4T10	3T10	2T10
ROAA Anualizado (Lucro líquido sobre o ativo médio)	3,3%	1,5%	0,02	2,3%	2,0%	1,9%
ROAE Anualizado (Lucro líquido sobre patrimônio líquido médio)	54,5%	24,9%	0,30	32,5%	29,9%	30,5%
Basiléia	19,51%	12,93%	6,58	19,15%	13,44%	13,30%
Índice de Eficiência ((Desp. Adm. / (Res. Interm. Financ.+Tarifas)	50,0%	68,0%	-18,02	54,8%	58,2%	58,7%
Índice de Inadimplência > 60 dias	0,9%	1,8%	-0,88	1,0%	0,8%	1,4%
Índice de Cobertura das Provisões (Provisões / Atraso > 60 dias)	313,9%	238,0%	75,91	316,8%	433,8%	264,0%
Nível de Provisionamento (Provisões / Operações de Crédito)	2,9%	4,3%	-1,42	3,1%	3,5%	3,7%
Índice de Cobertura (Rec. Tarifas / Desp. Pessoal)	88,8%	68,1%	20,61	80,5%	86,9%	78,2%
Índice de Cobertura (Rec. Tarifas / Desp. Adm.)	53,6%	44,7%	8,93	52,5%	53,5%	48,8%
Despesas Administrativas / Receita Bruta	28,8%	37,8%	-8,99	32,3%	34,6%	34,6%
Rentabilidade Operacional (Resultado Operacional / Patrimônio Líquido Ajustado)	18,6%	8,6%	10,02	16,2%	12,2%	14,0%
Nível de Depósitos (Depósitos Totais / Ativo Total)	79,2%	84,3%	-5,07	79,5%	81,7%	84,2%
Nível de Operações de Créditos (Operações de Crédito / Ativo Total)	46,7%	37,2%	9,46	44,8%	41,1%	37,2%
Créditos de "AA a C" em %	96,3%	94,8%	1,50	96,0%	95,2%	95,3%
Índices Estatísticos - qtde	1T11	1T10	Variação 1T11 / 1T10	4T10	3T10	2T10
Funcionários em Atividade	1.201	1.045	156	1.090	1.099	1.108
Contas Correntes Ativas	301.789	289.388	12.401	298.666	293.928	291.421
Despesas de Pessoal por Colaborador - R\$	20.775	23.753	-2.978	25.411	21.479	21.944
Contas Corrente / Colaborador	251,3	276,9	-26	274,0	267,5	263,0
Ativos / Colaborador - R\$	2,2	2,3	0	2,4	2,2	2,2
Pontos de Atendimento	801,0	785	16	803	803	799

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o compromisso de cada “baneseano”, parceiros, clientes e acionistas que contribuem para continuidade dos negócios, consolidando assim, o Banco do Estado de Sergipe como uma Instituição que zela pelos seus fins constitutivos em benefício de toda população sergipana.

DIRETORIA EXECUTIVA

SAUMÍNEO DA SILVA NASCIMENTO
PRESIDENTE

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA
DIRETORA DE FINANÇAS E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

EDSON FREIRE CAETANO
DIRETOR DE CRÉDITO DE DESENVOLVIMENTO

RODRIGO NASCIMENTO CORUMBA
DIRETOR ADMINISTRATIVO E DE TECNOLOGIA

CARLOS ALBERTO TAVARES FERREIRA
DIRETOR DE CRÉDITO COMERCIAL

Notas Explicativas**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 31 DE MARÇO DE 2011**

Baseado na Resolução n.º 3.853/10, do Conselho Monetário Nacional, e na Carta-Circular n.º 3.447/10, do Banco Central do Brasil, o BANESE - Banco do Estado do Sergipe S.A. optou por elaborar suas Demonstrações Financeiras Consolidadas Trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, deixamos de preencher os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas, uma vez que estes são aplicáveis somente quando da elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela CVM e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB.

Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Consolidado, as Demonstrações Consolidadas do Resultado, dos Fluxos de Caixa, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Valor Adicionado bem como as Notas Explicativas a essas demonstrações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas



BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil			
ATIVO	Nota	Banese Consolidado	Banese Consolidado
		31.03.2011	31.12.2010
CIRCULANTE		1.556.972	1.777.408
DISPONIBILIDADES	4	58.178	46.324
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	5	167.762	170.581
Aplicações no Mercado Aberto.....		-	10.005
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		167.762	160.576
TÍTULOS E VAL. MOBILIÁRIOS E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	6	383.548	586.914
Carteira Própria.....		383.548	476.549
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		-	63.677
Vinculados à Prestação de Garantias.....		-	184
Vinculados ao Banco Central.....		-	46.504
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	7	266.750	274.080
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		8.810	1.160
Créditos Vinculados:		256.265	272.861
- Depósitos no Banco Central		254.695	271.184
- Convênios.....		147	279
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural.....		1.419	1.382
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....		4	16
Correspondentes.....		1.675	59
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8	657.427	682.283
Operações de Crédito:		657.427	682.283
- Setor Privado.....		682.557	708.307
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(25.130)	(26.024)
OUTROS CRÉDITOS	9	22.154	16.384
Rendas a Receber		1.886	2.233
Diversos		20.282	14.152
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(14)	(1)
OUTROS VALORES E BENS.....	10	1.153	842
Outros Valores e Bens.....		1.743	1.717
Provisões para Desvalorizações.....		(1.079)	(1.092)
Despesas Antecipadas		489	217
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO.....		1.069.723	737.188
TÍTULOS E VAL. MOBILIÁRIOS E INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS	6	385.731	178.749
Carteira Própria.....		315.394	178.749
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		33.637	-
Vinculados ao Banco Central.....		189	-
Vinculados à Prestação de Garantias.....		36.511	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	7	19.513	19.359
Créditos Vinculados:.....		19.513	19.359
- Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural.....		47	46
- SFH - Sistema Financeiro da Habitação.....		19.466	19.312
OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	8	556.322	432.027
Operações de Crédito:		556.322	432.027
- Setor Privado.....		567.284	441.769
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa		(10.962)	(9.742)
OUTROS CRÉDITOS	9	108.157	107.053
Diversos		108.169	107.079
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(12)	(26)
PERMANENTE		71.635	69.708
INVESTIMENTOS	11	30	30
Outros Investimentos.....		486	486
Provisões para Perdas.....		(456)	(456)
IMOBILIZADO DE USO	12	56.833	54.340
Imóveis de Uso.....		61.022	58.024
Outras Imobilizações de Uso.....		46.906	45.178
Depreciações Acumuladas.....		(51.095)	(48.862)
DIFERIDO		-	-
Gastos de Organização e Expansão.....		28.627	28.748
Amortização Acumulada.....		(28.627)	(28.748)
INTANGÍVEL	13	14.772	15.338
Ativos Intangíveis.....		23.063	22.719
Amortização Acumulada.....		(8.291)	(7.381)
TOTAL DO ATIVO		2.698.330	2.584.304

Notas Explicativas



Balanco Patrimonial - Em Reais mil			
		Banese Consolidado	Banese Consolidado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31.03.2011	31.12.2010
CIRCULANTE		1.650.238	1.697.451
DEPÓSITOS	14	1.486.955	1.434.471
Depósitos à Vista.....		478.734	481.076
Depósitos de Poupança.....		633.263	622.584
Depósitos Interfinanceiros.....		64.753	57.601
Depósitos a Prazo		310.205	273.210
CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO	14	-	63.441
Carteira Própria.....		-	63.441
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		24.654	972
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		24.654	972
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		2.494	354
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		2.494	354
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	14	20.462	18.656
BNDES.....		864	889
FINAME.....		5.442	4.131
Outras Instituições.....		14.156	13.636
OUTRAS OBRIGAÇÕES	15	115.673	179.557
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados.....		15.522	1.503
Sociais e Estatutárias.....		2.827	15.602
Fiscais e Previdenciárias		40.146	34.574
Negociação e Intermediação de Valores.....		16	14
Dívidas Subordinadas		-	89.182
Diversas		57.162	38.682
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		828.161	688.585
DEPÓSITOS	14	609.000	569.515
Depósitos a Prazo		609.000	569.515
CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO	14	33.499	-
Carteira Própria.....		33.499	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	14	72.762	70.691
BNDES.....		1.417	1.666
FINAME.....		13.659	13.107
Outras Instituições.....		57.686	55.918
OUTRAS OBRIGAÇÕES	15	112.900	48.379
Fiscais e Previdenciárias		14.248	13.858
Dívidas Subordinadas		92.311	-
Diversas		6.341	34.521
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS.....		150	6
Resultados de Exercícios Futuros.....		150	6
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES.....		23.468	21.007
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		196.313	177.255
Capital Social de Domiciliados no País		100.920	100.920
Reservas de Lucros		76.335	76.335
Lucros ou Prejuízos Acumulados.....		19.058	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.698.330	2.584.304

Notas Explicativas

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil**

	Nota	Banese Consolidado
		31.03.2011
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	18	111.668
Operações de Crédito.....		84.198
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.....		25.034
Resultado das Aplicações Compulsórias.....		2.436
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	19	(45.893)
Operações de Captações no Mercado.....		(38.850)
Operações de Empréstimos Cessões e Repasses.....		(1.650)
Provisão para Operações de Crédito.....		(5.393)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....		65.775
	20	(21.012)
Receitas de Prestação de Serviços.....		28.991
Despesas de Pessoal.....		(29.690)
Outras Despesas Administrativas.....		(25.713)
Despesas Tributárias.....		(6.841)
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas.....		-
Outras Receitas Operacionais.....		27.510
Outras Despesas Operacionais.....		(15.269)
RESULTADO OPERACIONAL		44.763
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	21	(864)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS SOBRE O LUCRO.....		43.899
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		(16.635)
Provisão para Imposto de Renda.....		(11.044)
Provisão para Contribuição Social.....		(6.585)
Ativo Fiscal Diferido.....		994
PARTICIPAÇÕES DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NO LUCRO.....		(3.025)
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES.....		24.238
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES.....		(2.592)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO.....		21.646
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....		(2.588)
Número de Ações em Circulação - Reais		10.541.442
Lucro líquido por Ação do Capital Social (em R\$)		2,05

Notas Explicativas



Demonstração de Fluxo de Caixa - Em Reais mil

Banese Consolidado

31.03.2011

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

Lucro Líquido Ajustado.....	27.140
Lucro Líquido.....	21.646
Ajuste ao Lucro Líquido.....	5.494
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	3.895
Provisão para Créditos Vinculados-FCVS.....	55
Depreciações e Amortizações.....	3.191
Ajuste de Provisão para Passivos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais.....	(241)
Ativo Fiscal Diferido.....	(1.406)
Variação de Ativos e Obrigações.....	(10.016)
Redução em Aplicações Financeiras de Liquidez.....	2.819
Aumento em T.V.M. e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(3.616)
Relações Interfinanceiras/Interdependência (Ativos/Passivos).....	32.943
Aumento em Operações de Crédito.....	(103.334)
Aumento em Outros Valores e Bens.....	(286)
Aumento em Outros Créditos.....	(5.468)
Aumento em Depósitos.....	91.969
Redução em Captações no Mercado Aberto.....	(29.942)
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	3.877
Aumento em Outras Obrigações.....	878
Variação nos Resultados de Exercícios Futuros.....	144
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADE OPERACIONAIS.....	17.124
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de Bens não de Uso Próprio.....	(25)
Alienação de Imobilizado de Uso	3
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(4.777)
Aplicações no Intangível.....	(344)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS.....	(5.143)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Variação das Participação de não controladores.....	2.461
Juros Sobre o Capital Próprio Pagos.....	(2.588)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS.....	(127)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	11.851
Caixa e equivalente de caixa no início do período	46.324
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	58.175

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

EVENTOS	CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUIZOS) ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL SOCIAL		LEGAL	ESTATURÁRIA		
SALDOS EM 31.12.2010	100.920	-	7.060	69.275	-	177.255
LUCRO LÍQUIDO DO TRIMESTRE.....	-	-	-	-	21.646	21.646
DESTINAÇÕES:						
- Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 0,25 por ação.....	-	-	-	-	(2.588)	(2.588)
SALDOS EM 31.03.2011	100.920	-	7.060	69.275	19.058	196.313
MUTAÇÕES DO TRIMESTRE	-	0	0	0	19.058	19.058

Notas Explicativas



DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS - Em Reais mil

Banese Consolidado

31.03.2011

APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Receita da Intermediação Financeira.....	111.668
Despesa da Intermediação Financeira.....	(45.893)
Outras Receitas/Despesas Operacionais.....	12.241
Resultado Não Operacional.....	(511)
Receita da Prestação de Serviços.....	28.991
Materias, Energia, Serviço de Terceiros e Outros.....	(22.239)
Valor Adicionado Bruto.....	84.257
Retenções.....	(3.169)
Amortização.....	(1.332)
Depreciação.....	(1.837)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade.....	81.088
Valor Adicionado Recebido em Transferência.....	-
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	-
Valor Adicionado a Distribuir.....	81.088

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Governo.....	23.476
Despesas Tributárias.....	5.847
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	17.629
Empregados.....	32.356
Salários e Honorários.....	18.510
Encargos Previdenciários.....	6.557
Previdência Privada.....	784
Benefícios e Treinamentos.....	3.480
Participação nos Resultados.....	3.025
Aluguéis.....	578
Taxas e Contribuições.....	440
Acionistas.....	2.588
Juros Sobre o Capital Próprio.....	2.588
Dividendos.....	-
Lucro Retido.....	21.650
Valor Adicionado Distribuído.....	81.088

Notas Explicativas**ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. DISPONIBILIDADES
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS
8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA
9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS
10. OUTROS VALORES E BENS
11. INVESTIMENTOS
12. IMOBILIZADO LÍQUIDO DE DEPRECIAÇÃO ACUMULADA
13. INTANGÍVEL
14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS
15. OUTRAS OBRIGAÇÕES
16. CONTINGÊNCIAS
17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
19. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
20. OUTRAS RECEITAS /DESPESAS OPERACIONAIS
21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL
22. LIMITES OPERACIONAIS – ACORDO DA BASILEIA
23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR
25. GERENCIAMENTO DE RISCO
26. REMUNERAÇÃO PAGA A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES
27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS
28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)
29. OUTRAS INFORMAÇÕES

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS**

TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2011 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
(EM MILHARES DE REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco do Estado de Sergipe S.A. (Banese) é uma sociedade anônima de capital aberto controlada pelo Governo do Estado de Sergipe. Opera na forma de banco múltiplo oferecendo produtos e serviços bancários, por meio das carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

Como fonte de financiamento de suas operações, o Banese utiliza-se, além dos recursos dos acionistas (Patrimônio Líquido), de recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais.

O Banese atua como banco oficial do Governo do Estado de Sergipe na administração dos recursos do Estado, assim como na prestação de serviços referentes às folhas de pagamento da administração direta e indireta do Estado.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/1976, com alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009 associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, do Banco Central do Brasil – BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no que for aplicável.

Entre 2008 e 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência ao padrão contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Desta forma, a instituição, na elaboração das suas demonstrações contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo BACEN:

CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – Resolução CMN nº 3.566/08;

CPC 03 – Demonstrações dos fluxos de caixa – Resolução CMN nº 3.604/08;

CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/09;

CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09.

2.1 Principais práticas adotadas na consolidação

A administração do Banese por entender que os custos gerados para elaboração e apresentação, para fins de comparabilidade, das informações contábeis intermediárias consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010 superam os benefícios por ela produzidos, em razão da irrelevância dos saldos contábeis das controladas SEAC – Sergipe Administradora de Cartões de Crédito Ltda. e Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda., optou por apresentar somente as informações contábeis intermediárias consolidadas referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital, reservas e resultados acumulados;

Notas Explicativas



- dos saldos de contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as empresas cujos balanços patrimoniais foram consolidados; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre essas empresas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando o critério *pro rata die*. As operações de natureza financeira são atualizadas pelo método exponencial, com exceção daquelas relativas a títulos descontados, as quais são atualizadas pelo método linear. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As receitas a partir do 60º dia de atraso são reconhecidas no resultado quando de seu efetivo recebimento.

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas das rendas auferidas e ajustadas por provisão para desvalorização, quando aplicável.

c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação pela administração. Os títulos e valores mobiliários possuem as seguintes classificações e formas de valorização:

- **títulos para negociação** – incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço e ajustados a valor de mercado, tendo o ajuste a valor de mercado como contrapartida o resultado do período. São classificados no ativo circulante, independentemente da data do seu vencimento; e

- **títulos mantidos até o vencimento** – incluem os títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da Instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento, conforme estudo realizado internamente, registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço.

O BANESE não possui títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos Disponíveis para a Venda”.

d) Instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e regulamentações posteriores, os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção (hedge).

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos efetuados por conta própria, ou que não atendam aos critérios de proteção estabelecidos na referida circular (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

As operações que utilizam instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge são classificadas como Hedge de Valor Justo ou Hedge de Fluxo de Caixa, segundo os critérios definidos na Circular BACEN nº 3.082/02. Nos casos de Hedge de Valor Justo os itens objeto de hedge são ajustados ao valor de mercado, tendo como contrapartida desses ajustes (derivativo e respectivo item objeto de hedge) a adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

Notas Explicativas



No caso de Hedge de Fluxo de Caixa a parcela efetiva de hedge do derivativo é registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada do patrimônio líquido.

e) Relações interfinanceiras

Os créditos junto ao FCVS, decorrentes de saldos residuais e/ou quitações antecipadas de financiamentos imobiliários com desconto, estão registrados pelo seu valor nominal atualizados pelos rendimentos até a data do balanço e ajustados por provisão para perdas por negativa de cobertura total ou parcial dos créditos por parte do FCVS.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

f) Operações de crédito e provisão para crédito de liquidação duvidosa

As operações, bem como as respectivas provisões constituídas, em curso normal são registradas no ativo circulante ou realizável a longo prazo obedecendo aos prazos contratuais, enquanto as operações em curso anormal com atraso igual ou superior a sessenta dias são registradas no ativo realizável a longo prazo, independentemente dos prazos contratuais.

Nas operações imobiliárias com cláusula de cobertura do FCVS, o saldo registrado é deduzido do saldo residual não coberto pelo fundo, apurado nos termos do Decreto nº 97.222, de 14/12/1988, e da Lei nº 10.150, de 21/12/2000.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada e registrada observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do Conselho Monetário Nacional-CMN, que determina:

- a classificação das operações em nove diferentes níveis de risco (AA - H), que levam em consideração o valor das operações, as garantias existentes, as características dos clientes, o nível de atraso das operações, a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais da carteira, entre outros fatores;
- com base no artigo 2º da Resolução nº 2.697/2000 do Conselho Monetário Nacional, a Instituição adota critério interno de classificação e constituição de provisão para as operações com responsabilidade total do devedor inferior a R\$ 50 mil, considerando informações pessoais, financeira, históricas e externas dos clientes.

Nas operações de crédito rural, industrial e financiamento habitacional com essas características, a classificação individual é feita de acordo com seu respectivo nível de risco (AA - H) conforme a Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional;

- as operações de crédito em atraso classificadas em “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas a prejuízo e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

A Administração revisa periodicamente os riscos e as estimativas de perda em relação à carteira de créditos, conforme previsto na Resolução nº 2.682/1999 do Conselho Monetário Nacional. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada levando-se em consideração a classificação das operações de crédito em seus respectivos níveis de risco. Neste trimestre foi mantida provisão adicional para cobrir possíveis perdas na carteira de crédito.

g) Imposto de renda, contribuição social, PIS-Pasep e Cofins

O Banco registra crédito tributário correspondente ao imposto de renda e contribuição social sobre adições temporárias, com base em estudos técnicos atualizados, passou a registrar os créditos

Notas Explicativas



tributários, principalmente aqueles cujos controles internos permitem adequado acompanhamento e mensuração da sua realização. Esses créditos estão constituídos pelas alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) para o imposto de renda e 15% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

As provisões para imposto de renda, contribuição social e demais tributos são calculadas às alíquotas a seguir apresentadas, observando-se a legislação pertinente a cada tributo, e registradas na rubrica Outras obrigações.

• Imposto de renda.....	15%
• Adicional de imposto de renda.....	10%
• Contribuição social sobre lucro líquido.....	15%
• PIS-Pasep.....	0,65%
• Cofins.....	4%

h) Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio, são registrados pelo custo de aquisição, apurado entre o valor contábil da dívida e o valor de mercado do bem, o que for menor e, quando aplicável, ajustado por provisão para perdas.

As despesas antecipadas registram os valores decorrentes de pagamentos antecipados ou de acordos de cooperação, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo amortizadas conforme a duração contratual, associada à expectativa de geração dos resultados futuros desses acordos.

i) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos:

- Investimentos, quando aplicável, são ajustados por provisões para perdas permanentes;
- Depreciação do Imobilizado de uso calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens considerando as seguintes taxas anuais:

Edificações.....	4%
Equipamentos de uso.....	10%
Sistemas de processamento de dados.....	20%
Outros.....	10 a 20%
- Ativos Intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esse grupo está representado por aquisições de *software*. A amortização é calculada pelo método linear durante as suas vidas úteis estimadas, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

j) Redução do valor recuperável de ativos financeiros – (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

k) Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos, obrigações por empréstimos e obrigações por repasses do país - instituições oficiais

Notas Explicativas

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e incluem, quando aplicável, os encargos até a data do balanço, reconhecidos de forma *pro rata die*.

l) Contingências

Para os processos judiciais em que o Banco figura como réu, os assessores jurídicos classificam as ações em perda provável, possível ou remota, sendo constituída provisão para aquelas de perda provável, de acordo com a estimativa do valor da perda.

As provisões para perdas prováveis nos processos judiciais são constituídas considerando-se a opinião dos assessores jurídicos do Banco, a natureza das ações, sua complexidade, o posicionamento dos tribunais para causas de natureza semelhante, as diretrizes da Deliberação nº 489/2005 da Comissão de Valores Mobiliários, Resolução nº 3.535/2008 do CMN e a experiência da Administração.

Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

As obrigações legais são integralmente provisionadas qualquer que seja a probabilidade de perda da ação judicial.

m) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas (em *base pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos (em *base pro rata die*).

4. DISPONIBILIDADE

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Moeda nacional	58.170	46.319	58.178	46.324
Total	58.170	46.319	58.178	46.324

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	31.03.2011	31.12.2010
Aplicações no Mercado Aberto	-	10.005
Letras Financeiras do Tesouro Nacional – LFT	-	10.005
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	167.762	160.576
Depósitos Interfinanceiros - CDI	167.762	160.576
Total	167.762	170.581
Ativo circulante	167.762	170.581
Ativo realizável a longo prazo	-	-

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Notas Explicativas



A carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos tem a seguinte composição:

a) Títulos e valores mobiliários

a.1) Por natureza e faixas de vencimentos:

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	TOTAL 31.03.2 011	31.12.2 010
Para negociação	288.708	63.679	10.173	20.976	-	-	-	383.536	384.308
Letras Financeiras do Tesouro	-	31.330	-	-	-	-	-	31.330	30.923
Certificado de Depósito Bancário	-	32.349	10.173	20.976	-	-	-	63.498	71.330
Cotas Fundo Multimercado	276.949	-	-	-	-	-	-	276.949	270.548
Cotas Fundo de Ações	1.111	-	-	-	-	-	-	1.111	1.080
Cotas FIDIC	2.403	-	-	-	-	-	-	2.403	3.220
Ações Cia Abertas	8.245	-	-	-	-	-	-	8.245	7.207
Mantidos até o vencimento	-	12	-	206.471	134.019	3.776	41.465	385.743	381.355
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	206.448	120.281	-	-	326.729	321.930
Certificado Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	13.715	3.764	-	17.479	17.340
Títulos da Dívida Agrária	-	12	-	23	23	12	-	70	69
Títulos Público Federais - CVS	-	-	-	-	-	-	41.465	41.465	42.016
Total de TVM	288.708	63.691	10.173	227.447	134.019	3.776	41.465	769.279	765.663

a.2) Por natureza, valor do custo de aquisição e de mercado e parâmetros utilizados:

	31.03.2011			31.12.2010		
	Custo de aquisição	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado	Custo de aquisição	Valor de mercado	Ajuste a valor de mercado
Títulos para negociação	383.535	383.536	1	384.306	384.308	2
Letras Financeiras do Tesouro - carteira própria	31.329	31.330	1	30.921	30.923	2
Certificado de Depósito Bancário	63.498	63.498	-	71.330	71.330	-
Cotas Fundo Multimercado	276.949	276.949	-	270.548	270.548	-
Cotas Fundo de Ações	1.111	1.111	-	1.080	1.080	-
Cotas FIDIC	2.403	2.403	-	3.220	3.220	-
Ações Cia Abertas	8.245	8.245	-	7.207	7.207	-
Títulos mantidos até o vencimento	385.743	385.416	(327)	381.355	381.209	(146)
Letras Financeiras do Tesouro - carteira própria	293.093	292.787	(306)	258.253	258.153	(100)
Letras Financeiras do Tesouro - vinculado a compromissos de recompra	33.637	33.616	(21)	63.677	63.631	(46)
CRI - recebíveis imobiliários	17.478	17.478	-	17.340	17.340	-
Títulos da Dívida Agrária	70	70	-	69	69	-
Títulos Público Federais - CVS	41.465	41.465	-	42.016	42.016	-
Total	769.278	768.952	(326)	765.661	765.517	(144)

(1) Nos casos de títulos de renda fixa, refere-se ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço;

Notas Explicativas

(2) O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido a partir dos preços do mercado secundário divulgados pela ANDIMA; o dos CVS é apurado a partir do último valor médio de negociação, divulgado pela CETIP. Os CRI são marcados a mercado pelo percentual do CDI da operação, trazidas a valor presente pelo cupom de DI x Pré, pelo cupom DI x IGPM ou Futuros de DI, divulgados diariamente pela BM&F; e

(3) Para os títulos mantidos até o vencimento, o ajuste a valor de mercado é meramente informativo, não estando registrado na contabilidade, nos termos da Circular BACEN nº 3.068/2001.

Não houve reclassificação entre as categorias de títulos no trimestre.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	31.03.2011	31.03.2010
Rendas de aplicações em operações compromissadas	1.275	2.411
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	3.306	1.966
Rendas de títulos de renda fixa	12.727	10.659
Rendas de aplicações em fundos de investimentos	6.666	4.384
Prejuízos com títulos de renda fixa	(8)	(7)
Renda / Prejuízo com títulos de renda variável	31	(16)
Ajuste positivo ao valor de mercado	1.502	82
Ajuste negativo ao valor de mercado	(465)	(95)
Total	25.034	19.384

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**a) Relações interfinanceiras**

	31.03.2011	31.12.2010
Compulsório sobre depósitos à vista (1)	79.325	90.850
Compulsório sobre depósitos de poupança (2)	126.828	121.445
Depósitos no FAHBRE	4	16
Crédito rural – Proagro a receber	1.466	1.428
Créditos junto ao FCVS (3)	35.965	35.686
Provisão para perda de créditos junto ao FCVS	(16.499)	(16.373)
Bacen - outros depósitos	48.542	58.889
Bancos oficiais	147	279
Direitos junto participação sistema de liquidação	8.810	1.160
Correspondentes	1.675	59
Total	286.263	293.439
Ativo circulante	266.750	274.080
Ativo realizável a longo prazo	19.513	19.359

(1) Não remunerado;

(2) Remunerado pela mesma taxa da poupança; e

(3) Remunerado conforme a origem dos recursos (TR + 6,17% para poupança e TR + 3,12% para FGTS) e registrados pelo valor nominal atualizado pelos respectivos rendimentos até a data do balanço, considerando a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento os títulos a que os créditos darão origem.

b) Resultado das aplicações compulsórias

	31.03.2011	31.03.2010
Provisão sobre os créditos junto ao FCVS	279	249
Atualização monetária e juros sobre recolhimentos compulsórios	2.283	1.434
Atualização monetária e juros sobre os créditos junto ao FCVS	(126)	(106)
Total	2.436	1.577

Notas Explicativas



8. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Composição por tipo de operação

	31.03.2011	31.12.2010
Adiantamentos a depositantes	500	1.062
Empréstimos	1.040.536	948.023
Titulos descontados	1.895	1.986
Financiamentos	65.614	60.368
Financiamentos rurais e agroindustriais	64.560	73.380
Financiamentos imobiliários	76.735	65.257
Subtotal de Operações de Crédito	1.249.840	1.150.076
Devedores por compra de valores e bens	140	176
Titulos e créditos a receber	2.758	2.806
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	2.898	2.982
Total da Carteira de Crédito	1.252.738	1.153.058
Ativo circulante	682.557	708.307
Ativo realizável a longo prazo (*)	570.181	444.751

(*) incluso valores das contas “Devedores por Compra de Valores e Bens” e “Titulos e Créditos a Receber” (nota 9).

b) Operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31.03.2011				31.12.2010				Valor da Provisão
	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso		Total da Carteira	Crédito Normal (1)	Crédito em Atraso		Total da Carteira	
		A vencer	Vencida			A vencer	Vencida		
AA	264.944	-	-	264.944	-	228.896	-	228.896	-
A	561.028	-	-	561.028	2.805	543.652	-	543.652	2.718
B	332.531	10.935	2.671	346.137	3.461	276.548	7.921	286.224	2.862
C	21.857	10.802	1.848	34.507	1.035	36.400	7.146	45.606	1.368
D	8.763	3.357	818	12.938	1.294	8.551	10.199	21.133	2.113
E	8.317	1.260	687	10.264	3.079	236	3.663	5.242	1.573
F	325	3.397	1.276	4.998	2.499	554	1.304	2.250	1.125
G	1.089	1.250	916	3.255	2.279	856	1.715	3.403	2.382
H	3.908	5.586	5.173	14.667	14.667	3.618	6.995	16.652	16.652
Prov. Adicional (2)	-	-	-	-	5.000	-	-	-	5.000
Total	1.202.762	36.587	13.389	1.252.738	36.119	1.099.311	38.943	1.153.058	35.793

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

(2) Provisão adicional para cobertura de possíveis perdas na carteira de crédito.

c) Composição da carteira classificada

Nível de Risco	Total	Comercial	Industrial	Rural	Imobiliário	Outros Créditos	Valor da Provisão
AA	264.944	264.944	-	-	-	-	-
A	561.028	463.398	26.290	21.880	46.574	2.886	2.805
B	346.137	251.501	36.919	31.997	25.720	-	3.461
C	34.507	30.690	2.291	1.500	26	-	1.035
D	12.938	12.343	-	548	47	-	1.294
E	10.264	9.868	51	345	-	-	3.079
F	4.998	2.376	-	2.514	108	-	2.499
G	3.255	1.027	-	1.260	968	-	2.279
H	14.667	6.784	63	4.516	3.292	12	14.667
Prov. Adicional	-	-	-	-	-	-	5.000
Total	1.252.738	1.042.931	65.614	64.560	76.735	2.898	36.119

Notas Explicativas



d) Composição por faixa de vencimento e nível de risco

Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Parcelas vencidas	-	-	2.671	1.849	818	687	1.276	916	5.173	13.390
A vencer até 30 dias	7.049	203.612	21.973	2.578	445	188	112	86	379	236.422
A vencer de 31 a 60 dias	5.621	23.395	12.828	1.215	219	75	69	115	234	43.771
A vencer de 61 a 90 dias	5.461	15.603	15.634	968	200	64	318	25	181	38.454
A vencer de 91 a 180 dias	33.977	90.845	81.883	5.483	836	1.463	186	70	724	215.467
A vencer de 181 a 360 dias	31.409	41.406	53.032	4.942	1.149	315	324	121	2.553	135.251
A vencer acima de 360 dias	181.427	186.167	158.116	17.472	9.271	7.472	2.713	1.922	5.423	569.983
Total Geral	264.944	561.028	346.137	34.507	12.938	10.264	4.998	3.255	14.667	1.252.738

e) Carteira vencida a partir de 15 dias

Atividade Econômica	31.03.2011	31.12.2010
Rural	4.152	4.569
Indústria	177	112
Comércio	2.584	3.389
Outros serviços	3.521	2.399
Pessoas físicas	4.587	4.425
Habitação	5	20
Total	15.026	14.914

f) Composição da Carteira por setor de atividade

Descrição	31.03.2011		31.12.2010	
	Valor	%	Valor	%
Pessoas físicas	697.295	55,66	619.292	53,71
Pessoas jurídicas	189.412	15,12	171.412	14,87
Indústria	43.444	3,47	39.438	3,42
Comércio	145.968	11,65	131.974	11,45
Rural	64.560	5,15	73.380	6,36
Habitação	76.735	6,13	65.257	5,66
Outros serviços	224.736	17,94	223.717	19,40
Total	1.252.738	100,00	1.153.058	100,00

g) Concentração de crédito

	31.03.2011			31.12.2010		
	Saldo	%	Provisão	Saldo	%	Provisão
10 maiores devedores	122.002	9,74	1.029	127.029	11,02	1.237
50 maiores devedores	157.732	12,59	3.688	155.405	13,47	5.050
100 maiores devedores	65.470	5,23	4.560	61.176	5,31	3.298
Demais clientes	907.534	72,44	21.842	809.448	70,20	21.208
Provisão adicional	-	-	5.000	-	-	5.000
Total	1.252.738	100,00	36.119	1.153.058	100,00	35.793

h) Movimentação da provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa

	31.03.2011	31.12.2010
Saldo inicial da provisão	35.793	35.135
(+) Constituição de provisão líquida no período	5.394	17.257
(-) Baixas de operações de crédito no período	(5.094)	(16.626)
(-) Provisão para Perdas da Carteira de Crédito	36.093	35.766
(+) Provisão de Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	26	27
Saldo final da provisão	36.119	35.793
Ativo circulante	25.144	26.025
Ativo realizável a longo prazo	10.975	9.768

Notas Explicativas



i) Montante de operações renegociadas e recuperadas

Em 31 de março de 2011 o montante de dívidas renegociadas era de R\$ 580 (R\$ 6.117 – 31.12.2010). No primeiro trimestre de 2011, foram recuperados créditos no valor de R\$ 799 (R\$ 4.762 – 31.12.2010), registrados na rubrica recuperação de créditos baixados como prejuízo.

j) Rendas de operações de crédito

	31.03.2011	31.03.2010
Empréstimos	77.430	50.509
Títulos descontados	186	177
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	799	610
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	3.544	1.797
Financiamentos rurais	1.706	1.209
Outros financiamentos	533	522
Total	84.198	54.824

9. OUTROS CRÉDITOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Rendas a receber	3.932	4.370	1.886	2.233
Serviços prestados a receber	3.908	4.012	1.862	1.875
Outras rendas a receber	24	358	24	358
Diversos	119.741	115.901	128.451	121.231
Crédito tributário – diferenças temporárias (nota 23b)	30.193	29.198	30.193	29.198
Devedores por depósitos em garantia	35.374	34.260	35.409	34.271
Impostos e contribuições a compensar (1)	44.014	44.014	48.818	47.372
Adiantamentos e antecipações	2.115	718	2.434	820
Pagamentos a ressarcir	3.666	3.796	3.666	3.799
Devedores diversos	740	310	740	310
Adiantamentos para pagamentos por nossa conta	741	623	4.293	2.479
Devedores por compra de valores e bens	140	176	140	176
Títulos e créditos a receber	2.758	2.806	2.758	2.806
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(26)	(27)	(26)	(27)
Com característica de concessão de crédito	(26)	(27)	(26)	(27)
Total	123.647	120.244	130.311	123.437
Ativo circulante	15.525	13.202	22.154	16.384
Ativo realizável a longo prazo	108.122	107.042	108.157	107.053

(1) Refere-se principalmente a créditos tributários de ações judiciais transitadas em julgado favorável ao banco: FINSOCIAL – R\$ 30.992, COFINS R\$ 3.213, CSLL 8.779 e saldo negativo de IR e CSLL R\$ 1.030.

9.1 DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Interposição de recursos previdenciários	19.585	19.214	19.585	19.214
Interposição de recursos fiscais - Receita Federal	14.349	13.635	14.349	13.635
Interposição de recursos trabalhistas	133	132	168	143
Interposição de recursos cíveis	1.307	1.279	1.307	1.279
Total	35.374	34.260	35.409	34.271

Notas Explicativas



10. OUTROS VALORES E BENS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Imóveis habitacionais (1)	256	231	256	231
Material em estoque	583	569	583	569
Outros bens	904	903	904	917
Despesas antecipadas	441	163	489	217
Total	2.184	1.866	2.232	1.934

(1) Os bens não alienados no prazo regulamentar ou com pendências judiciais são registrados no ativo e a provisão é constituída com base em laudo de avaliação emitido por avaliadores independentes e, no caso de existência de pendências judiciais, é constituída provisão correspondente a 100% do valor contábil do bem. Provisão em 2011 – R\$ 1.079 (R\$ 1.079 – 31.12.2010).

11. INVESTIMENTOS

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Participações de capitais p/incentivos fiscais	91	91	91	91
Outros investimentos p/incentivos fiscais	332	332	332	332
Provisão para perdas investimentos p/incentivo fiscais	(423)	(423)	(423)	(423)
Títulos patrimoniais - Andima	6	6	6	6
Ações e cotas (1)	1.015	918	24	24
Outros investimentos	33	33	33	33
Provisão p/perdas em outros investimentos	(33)	(33)	(33)	(33)
Total	1.021	924	30	30

(1) Avaliação pela equivalência patrimonial referente à participação de 5% na empresa SEAC-Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda., até 31 de dezembro de 2009 o investimento era avaliado pelo custo.

	Participação %	PL em 31.12.2010	PL em 31.03.2011	Lucro do Trimestre 31.03.2011	Saldo em 31.12.2010	Equivalência patrimonial do Trimestre	Saldo do Investimento 31.03.2011
SEAC 5%		18.363	18.287	2.021	924	97	1.021

12. IMOBILIZADO LÍQUIDO DE DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Edificações e terrenos	18.165	16.108	21.990	18.390
Móveis, máquinas e equipamentos	5.946	6.074	12.766	12.010
Outras imobilizações	18.034	18.695	22.077	23.940
Total	42.145	40.877	56.833	54.340

13. INTANGÍVEL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Outros ativos intangíveis	20.146	19.803	23.062	22.719
Amortização Acumulada	(5.498)	(4.613)	(8.290)	(7.381)
Total	14.648	15.190	14.772	15.338

Notas Explicativas



14. DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS, OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

a) Composição por modalidade

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Depósitos à vista	480.001	485.067	478.733	481.076
Depósitos pessoas físicas	221.766	244.647	221.766	244.647
Depósitos pessoas jurídicas	132.471	153.808	131.203	149.817
Depósitos de governos	121.726	76.605	121.726	76.605
Depósitos vinculados	2.355	8.101	2.355	8.101
Outros valores	1.683	1.906	1.683	1.906
Depósitos de poupança	633.263	622.584	633.263	622.584
Depósitos de poupança livres - Pessoas físicas	601.486	590.245	601.486	590.245
Depósitos de poupança livres - Pessoas jurídicas	31.516	32.082	31.516	32.082
Depósitos de poupança de ligadas	261	257	261	257
Depósitos interfinanceiros	64.753	57.601	64.753	57.601
Depósitos judiciais	173.354	165.690	173.354	165.690
Depósitos à prazo	769.853	711.495	745.665	676.849
Depósitos especiais com remuneração	186	186	186	186
Captações no mercado aberto	33.500	63.441	33.500	63.441
Obrigações por repasses do país - BNDES	2.281	2.555	2.281	2.555
Obrigações por repasses do país - FINAME	19.101	17.238	19.101	17.238
Obrigações por repasses do país - BNB	71.842	69.554	71.842	69.554
Total	2.248.134	2.195.411	2.222.678	2.156.774
Passivo circulante	1.508.684	1.520.559	1.507.417	1.516.568
Passivo exigível a longo prazo	739.450	674.852	715.261	640.206

As captações em depósitos a prazo são realizadas principalmente com clientes da instituição, nas modalidades de encargos pós ou pré-fixados que correspondem a 96% e 4% do total da carteira, respectivamente. A taxa média de captação para os depósitos à prazo corresponde a 92,75% da variação do CDI acumulada até o final do trimestre.

As captações através de operações compromissadas – carteira própria – no mercado aberto, realizadas com instituições financeiras, têm taxa média de captação de 100% da variação do CDI.

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME e BNB). Essas obrigações têm vencimentos mensais até julho de 2023, com incidência de encargos financeiros nas operações pós-fixadas de 0,9% a 3,5% ao ano, além das variações dos indexadores - TJLP, e nas obrigações pré-fixadas até 11,00% ao ano. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e taxas de captação, acrescidas de comissão de intermediação. Como garantia desses recursos, foram repassadas as garantias recebidas nas correspondentes operações de crédito.

b) Despesas de captação

Notas Explicativas



	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Depósitos judiciais	2.861	2.296	2.861
Depósitos de poupança	10.418	7.192	10.418
Depósitos a prazo	20.409	15.860	19.595
Operações compromissadas - carteira própria e de terceiros	529	317	529
Letras financeiras	3.130	-	3.130
Fundo garantidor de créditos - FGC	710	656	710
Outras	1.607	1.234	1.607
Despesas com depósitos e emissão de títulos	39.664	27.555	38.850
Despesas de repasses BNDES	41	55	41
Despesas de repasses FINAME	187	83	187
Despesas de repasses BNB	1.422	980	1.422
Despesas com empréstimos e repasses	1.650	1.118	1.650
Total das despesas de captação	41.314	28.673	40.500

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.522	1.503	15.522	1.503
Recebimento de tributos federais	10.849	-	10.849	-
Outros tributos e assemelhados	4.673	1.503	4.673	1.503
Sociais e Estatutárias - Dividendos e Bonificações a Pagar	2.827	14.549	2.827	15.602
Provisão para Riscos Fiscais	14.248	13.858	14.248	13.858
Causas fiscais - previdenciária	7.719	7.498	7.719	7.498
Outros	6.529	6.360	6.529	6.360
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	6.115	3.429	6.115	3.429
Impostos e Contribuições a Recolher	31.365	30.460	34.029	31.145
Negociação e Intermediação de Valores	16	14	16	14
Dívidas Subordinadas	92.311	89.182	92.311	89.182
Diversas	43.639	41.341	63.503	73.203
Provisão para passivos - causas trabalhistas	7.906	7.572	8.069	7.678
Provisão para passivos - causas cíveis	4.807	4.899	4.900	5.162
Provisão para pagamentos - despesas de pessoal	13.624	16.980	15.185	17.977
Provisão para pagamentos - fornecedores	6.298	5.715	24.344	36.211
Credores diversos - País	1.034	697	1.034	697
Outros valores	9.970	5.478	9.970	5.478
Total	206.043	194.336	228.573	227.936
Passivo circulante	93.143	174.045	115.673	179.557
Passivo exigível a longo prazo	112.900	20.291	112.900	48.379

A captação efetuada mediante emissão de títulos de dívida subordinada, observadas as condições determinadas pela Resolução nº 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.532, de 31/01/2008, do CMN, é a seguinte:

Papel	Valor	Data		
		Emissão	Vencimento	Taxa
LFS	25.000	24.11.2010	24.11.2016	INPC + 7% a.a.
LFS	15.000	24.11.2010	24.11.2016	CDI + 3% a.a.
LFS	10.000	24.11.2010	24.11.2016	CDI + 3% a.a.
LFS	30.000	03.12.2010	03.12.2016	CDI + 3% a.a.
LFS	8.000	07.12.2010	07.12.2016	CDI + 3% a.a.

Notas Explicativas



16. CONTINGÊNCIAS

a) Contingências ativas

O Banese possui registrado em suas demonstrações financeiras ativos contingentes com trânsito em julgado favorável a Instituição conforme nota 9, assim como possui, neste momento, processo judicial que gera expectativa de ganhos futuros que não encontra-se registrado por não existir definição quanto a conclusão deste processo.

b) Contingências passivas

O Banese figura como réu em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

- Os processos trabalhistas em sua maioria referem-se a ações ajuizadas por empregados, ex-empregados e sindicatos com o objetivo de obter indenizações relativas às violações alegadas de direitos trabalhistas como pagamento de horas extras, equiparação salarial e diferenças nos reajustes salariais. Em 31 de março de 2011 o montante provisionado a título contingências trabalhistas é de R\$ 7.906 (R\$ 7.572 – 31.12.2010).
- Os processos cíveis referem-se, principalmente, a pedidos de indenização por dano moral e patrimonial – R\$ 2.610, e correção dos saldos de poupança referente aos Planos econômicos – Brezer, Verão e Collor I e II – R\$ 2.197, sendo o montante provisionado em 31 de março de 2011 de R\$ 4.807 (R\$ 4.899 – 31.12.2010).
- Os processos fiscais são decorrentes de alguns tributos e contribuições que o Banese vem discutindo judicialmente, tais como INSS - R\$ 7.719 e deduções consideradas indevidas pelo fisco – R\$ 6.529. Totalizando em 31 de março de 2011 o montante de R\$ 14.248 (R\$ 13.858 – 31.12.2010).

O procedimento utilizado pelo Banese para reconhecimento destas obrigações apresenta-se enquadrado no descrito na Deliberação CVM nº 489/05. Os processos judiciais são classificados por probabilidade de perda em provável, possível e remota, por meio de avaliação na qual se utilizam parâmetros como as decisões judiciais e o histórico de perdas em ações semelhantes.

Os processos enquadrados na categoria de perda possível são assim classificados em decorrência de incertezas geradas quanto ao seu desfecho. São ações para cujo objeto ainda não foi estabelecida jurisprudência ou que dependem da verificação e análise dos fatos, ou, ainda, apresentam aspectos específicos que reduzem a probabilidade de perda.

Neste grupo encontram-se causas de natureza diversa, principalmente: indenização por danos morais, além de diversas reclamações de natureza trabalhista como isonomia salarial, reintegração de demitidos, indenização por LER e outros.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital Social, totalmente integralizado, está representado por 5.270.721 ações ordinárias e 5.270.721 ações preferenciais. O acionista majoritário, o Estado de Sergipe, detém 93,63% das ações ordinárias e 86,09% das ações preferenciais.

Notas Explicativas**b) Reservas de lucros**

Legal - é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social – R\$ 7.059.

Reserva estatutária para margem operacional - com a finalidade de garantir a manutenção da margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, limitada a até 80% do capital social – R\$ 53.160.

Reserva estatutária para equalização de dividendos – com a finalidade de assegurar recursos para o pagamento de dividendos intermediários, limitada a até 20% do capital social – R\$ 16.115.

c) Distribuição dos resultados

Aos acionistas é assegurado, a título de dividendo mínimo obrigatório, 25% do lucro líquido ajustado, percentual estabelecido na Lei nº 6.404/76 e no estatuto do Banco. Para as ações preferenciais são conferidos dividendos 10% maiores que os atribuídos às ordinárias.

18. RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	31.03.2011	31.03.2010
Operações de crédito	84.198	54.824
Rendas de operações de crédito	83.399	54.214
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	799	610
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	25.034	19.384
Títulos de renda fixa	12.727	10.659
Outras aplicações	12.307	8.725
Resultado das aplicações compulsórias	2.436	1.577
Total	111.668	75.785

19. DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Operações de captação no mercado	39.664	27.555	38.850
Depósitos de poupança	10.418	7.192	10.418
Depósitos interfinanceiros	1.604	1.231	1.604
Depósitos à prazo	20.409	15.860	19.595
Depósitos judiciais	2.861	2.296	2.861
Operações compromissadas	529	317	529
Letras financeiras	3.130	-	3.130
Fundo garantidor de crédito	710	656	710
Outras captações	3	3	3
Operações de empréstimos e repasses	1.650	1.118	1.650
BNDES	41	55	41
FINAME	187	83	187
Outras instituições oficiais (Banco do Nordeste)	1.422	980	1.422
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	5.393	5.140	5.393
Total	46.707	33.813	45.893

Notas Explicativas



20. OUTRAS RECEITAS /DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestações de Serviços

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Rendas de serviços prestados a correntistas	16.836	12.989	23.700
Administração de fundos de investimento	71	65	71
Convênios de arrecadação/pagamento	4.612	3.371	4.612
Cobrança	586	517	586
Rendas de garantias prestadas	22	18	22
Total	22.127	16.960	28.991

b) Despesas de Pessoal

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Salários	15.681	15.085	17.911
Encargos sociais	2.516	2.460	2.760
INSS sobre salários	3.967	4.499	4.579
Remuneração dos Administradores	488	420	488
Benefícios	2.686	2.667	3.480
Treinamento	104	114	104
Estagiários	360	283	360
Total	25.802	25.528	29.690

c) Outras Despesas Administrativas

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Processamento de dados	1.846	1.393	3.156
Serviços do sistema financeiro	963	883	963
Depreciações e amortizações	2.512	2.385	3.189
Comunicação	1.794	1.580	2.361
Serviços de vigilância e segurança	1.367	1.358	1.822
Serviços técnicos especializados	749	126	938
Aluguéis	473	452	578
Manutenção e conservação de bens	558	658	1.064
Propaganda e publicidade	141	124	3.095
Material	434	335	855
Serviços de terceiros	1.809	1.265	2.119
Água, energia e gás	637	807	755
Transporte	964	734	1.125
Promoções e relações públicas	2.203	1.737	2.257
Outras	1.335	727	1.436
Total	17.785	14.564	25.713

d) Despesas Tributárias

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Contribuição a Cofins	3.636	2.541	4.653
Contribuição ao PIS - Pasep	597	416	813
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	543	462	1.154
Tributos federais	62	18	62
Tributos estaduais	1	1	1
Tributos municipais	35	30	100
Outras	50	74	58
Total	4.924	3.542	6.841

Notas Explicativas**e) Outras Receitas Operacionais**

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Recuperação de encargos e despesas	583	21	583
Reversão de provisões operacionais	15	293	15
Atualização monetária de tributos	6	5	26.912
Total	604	319	27.510

f) Outras Despesas Operacionais

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Contribuição ao SFH	1	4	1
Operações de crédito - descontos concedidos	31	54	31
Outras	151	46	15.237
Total	183	104	15.269

21. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado
	31.03.2011	31.03.2010	31.03.2011
Receitas não operacionais	1.107	546	1.240
Ganhos de capital	30	24	30
Reversão de provisões não operacionais	162	5	162
Outras	915	517	1.048
Despesas não operacionais	(924)	(677)	(2.104)
Perdas de capital	(65)	(20)	(65)
Provisões não operacionais	(859)	(657)	(2.039)
Total	183	(131)	864

22. LIMITES OPERACIONAIS – ACORDO DA BASILEIA

As Instituições Financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, conforme Resolução nº 2.099/1994 do Conselho Monetário Nacional e legislação complementar. Em 31 de março de 2011, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia II) do Banco do Estado de Sergipe era de 19,84% (19,15% – 31.12.2010), enquanto o Patrimônio de Referência (PR) era de R\$ 288.624 (R\$ 265.882 – 31.12.2010). A Resolução nº 2.099/1994, do Conselho Monetário Nacional, e normas complementares editadas pelo Banco Central do Brasil determinam um limite mínimo de 11% para o índice de adequação de capital e, no caso do Banco, um PR mínimo de R\$ 160.039 (R\$ 152.705 – 31.12.2010).

Apresenta-se, a seguir, o cálculo do patrimônio de referência e patrimônio de referência exigido e do coeficiente de adequação, de acordo com a nova metodologia aplicada pelo Banco Central através das Resoluções 3.444/2007 e 3.490/2007:

Notas Explicativas



	31.03.2011	31.12.2010
Patrimônio de referência nível I	196.313	177.255
Patrimônio líquido	196.313	177.255
Redução dos ativos permanente diferido	-	-
Adicional de provisão para crédito de liquidação duvidosa ao mínimo estabelecido pela Resolução 2,682 do BACEN (*)	-	-
Patrimônio de referência nível II	92.311	88.627
Dívida subordinada	92.311	89.181
(-) Excesso de ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate com prazo original de vencimento inferior a 10 anos e instrumentos de dívida subordinada	-	(554)
Patrimônio de referência – PR (a) (nível I + nível II)	288.624	265.882
Patrimônio de referência exigido – PRE (b)	160.039	152.705
Alocação de capital:		
Risco de crédito	136.361	130.379
Risco de mercado	8.986	8.275
Risco operacional	14.692	14.051
Margem de alocação de capital (a – b – c)	122.905	107.210
Ativo ponderado pelo risco (d)	1.454.898	1.388.227
Índice de solvabilidade (a / d)	19,84%	19,15%
Capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira negociação conforme Resolução de nº 3.464 do BACEN – parcela RBAN (c)	5.680	5.967
Índice de imobilização	20,03%	21,43%
Folga de imobilização	86.501	75.953

No final de 2010 o banco emitiu Letras Financeiras Subordinadas no valor original de R\$ 88.000 mil, homologadas pelo BACEN como dívida Subordinada e elegível a capital no nível II da Basileia. Esses títulos são utilizados para efeito do cálculo do Patrimônio de Referência (nota 15).

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Banco está sujeito ao regime de tributação do lucro real e procede ao pagamento mensal do imposto de renda e contribuição social pela estimativa. A despesa de imposto de renda registrada no trimestre de 2011 foi de R\$ 9.740 e a de contribuição social foi de R\$ 5.862, estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado		Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	Imposto de Renda				Contribuição Social			
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
Resultado antes da tributação	36.253	87.127	40.971	98.946	36.253	87.127	40.971	98.946
Juros sobre o capital próprio	(2.588)	(8.796)	(2.588)	(9.875)	(2.588)	(8.796)	(2.588)	(9.875)
Adições/exclusões permanentes	(676)	520	(121)	9.013	(676)	520	(121)	9.013
Adições/exclusões temporárias	6.091	8.845	6.084	8.500	6.091	8.845	6.084	8.500
Resultado tributável antes das compensações	39.080	87.696	44.346	106.584	39.080	87.696	44.346	106.584
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado tributável após compensações	39.080	87.696	44.346	106.584	39.080	87.696	44.346	106.584
Cálculo dos Tributos	(9.764)	(21.900)	(11.069)	(26.574)	(5.862)	(13.154)	(6.586)	(15.898)
Deduções (Incentivos fiscais e compensações)	24	107	24	107	-	-	-	-
Tributos Devidos	(9.740)	(21.793)	(11.045)	(26.467)	(5.862)	(13.154)	(6.586)	(15.898)
Crédito tributário sobre as diferenças temporárias	622	1.428	622	1.428	373	857	373	857
Valor registrado em despesa	(9.118)	(20.365)	(10.423)	(25.039)	(5.489)	(12.297)	(6.213)	(15.041)
% da despesa em relação ao resultado antes da tributação	25,15%	23,37%	25,44%	25,27%	15,14%	14,11%	15,16%	15,18%

Notas Explicativas**b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Lei nº 9.430/96, em seu artigo 9º, determina as regras de dedutibilidade da despesa de provisão para devedores duvidosos na base de cálculo do imposto de renda e contribuição social. As provisões para créditos são registradas de acordo com as disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999. Dessa forma, a parcela de provisão constituída pelas regras societárias que ultrapassa o limite apurado de acordo com a legislação fiscal é adicionada ao cálculo dos tributos citados. O provisionamento indedutível será abatido dos resultados tributários de períodos seguintes, quando passar a se enquadrar nos conceitos de perda para fins fiscais ou quando de sua reversão.

Diante da temporariedade da adição das provisões para devedores duvidosos e conforme disposição da Circular Bacen nº 3.171 de 30 de dezembro de 2002, deliberação CVM nº 273 de 20 de agosto de 1998, o Banco registra crédito tributário correspondente ao imposto de renda e contribuição social sobre provisões para operações de crédito e passivos contingentes.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

	Imposto de Renda	Contribuição Social
	Diferenças Temporárias	Diferenças Temporárias
Saldo em 31.12.2010	18.218	10.980
(+) Constituição de Créditos	879	527
(-) Realização de Créditos	(257)	(154)
(=) Saldo em 31.03.2011	18.840	11.353

O saldo da provisão ativa de imposto de renda e contribuição social, registrado em “Outros créditos-diversos”, apresenta a seguinte composição:

	Imposto de Renda		Cont. Social	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
1. Adições Temporárias – base de cálculo	75.360	72.872	75.687	73.200
- Créditos Tributários	18.840	18.218	11.353	10.980
Créditos Tributários Não Ativados	4.125	4.093	567	548

Os créditos tributários provenientes de imposto de renda e contribuição social diferidos são realizados à medida que as diferenças temporárias sobre as quais são calculadas sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, no qual há expectativa de geração de resultados positivos futuros, com a conseqüente geração de obrigações com impostos e contribuições, já considerando o disposto no artigo 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.249/95.

Os créditos não ativados são provenientes das provisões para cobertura de perdas no recebimento do FCVS, considerando a falta de definição de prazo tanto para a homologação pela Caixa Econômica Federal, como para emissão dos títulos pelo Tesouro Nacional.

O quadro abaixo demonstra os valores previstos de realização na data de 31 de março de 2011, comparativamente com o valor presente do crédito, calculado com base na taxa de Depósitos Interfinanceiros - DI projetada para os períodos correspondentes.

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente	Valor Previsto	Valor Presente
2011	1.623	1.445	950	846	2.573	2.291
2012	4.237	3.760	2.756	2.446	6.993	6.206
2013	3.914	3.475	2.307	2.048	6.221	5.523
2014	4.633	4.113	2.369	2.103	7.002	6.216
2015	4.433	3.937	2.971	2.369	7.404	6.576
Total	18.840	16.730	11.353	10.882	30.193	26.812

Notas Explicativas**24. IMPOSTOS E CONTRIBUÇÕES A COMPENSAR**

	Banese Múltiplo		Banese Consolidado	
	31.03.2011	31.12.2010	31.03.2011	31.12.2010
COFINS – Lei 9.718/98	3.213	3.213	3.213	3.213
CSLL (repetição de indébito ano 1989)	8.779	8.779	8.779	8.779
FINSOCIAL (repetição de indébito setembro/89 a março/92)	30.992	30.992	30.992	30.992
PIS – Decretos 2.445/88 e 2.449/88	13.070	13.070	13.070	13.070
Provisão PIS – Decretos (-)	(13.070)	(13.070)	(13.070)	(13.070)
Outros – saldo negativo de CSLL/IRPJ	1.030	1.030	1.030	1.030
IRRF	-	-	277	1.116
IRPJ	-	-	3.550	1.711
CSLL	-	-	973	497
Outros impostos	-	-	4	35
Total	44.014	44.014	48.818	47.373

COFINS – crédito decorrente do alargamento da base de cálculo introduzida pela Lei 9.718/98, art. 3º, parágrafo 1º, declarada inconstitucional pelo STF.

CSLL, FINSOCIAL e PIS – processos judiciais transitados em julgado com sentença favorável ao Banco.

Foi provisionado o total do crédito tributário do PIS, até o cálculo final pelo perito judicial na fase de execução da sentença.

25. GERENCIAMENTO DE RISCO

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos revisada periodicamente com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de liquidez e de mercado.

a) Risco Operacional

O Banco vem trabalhando de forma efetiva na formalização da cultura de controles, efetuando revisão sistemática dos instrumentos normativos e das matrizes de risco, considerando todas as atividades, em um processo de reavaliação quanto à incidência de riscos, identificação de planos de ação e controles mitigadores, visando à adequação da Resolução nº 3.380/2006 – CMN, que determina a implementação de estruturas de gerenciamento do risco operacional e a adequação aos preceitos de Basiléia II.

b) Risco de Crédito

Em relação ao gerenciamento corporativo do risco de crédito, são apurados mensalmente as parcelas relativas às exposições ponderadas pelo fator de risco de crédito – PEPR, considerando as linhas de crédito operadas pelo Banco, para efeito de composição do Patrimônio de Referência Exigido – PRE regulamentado pela Resolução nº 3.490/2007 – CMN.

Em consonância com as proposições apresentadas pela Resolução nº 3.721/2009 – CMN, o Banese está revendo seus processos e procedimentos de concessão de crédito, de acompanhamento, bem como de recuperação de créditos, além de estar buscando junto ao mercado, metodologias aplicadas em sistemas de análise consolidada de risco de crédito, com vistas a se adequar às determinações emanadas nesta resolução nos prazos recomendados.

c) Risco de Mercado e Liquidez

O Banese estabeleceu suas políticas de gerenciamento de risco de mercado e de liquidez com base nas diretrizes do Banco Central do Brasil e do Comitê da Basiléia, procurando proporcionar a permanente adequação do gerenciamento à natureza das operações, à complexidade dos produtos e à dimensão da exposição a estes riscos na Instituição.

Notas Explicativas



No tocante ao risco de mercado, são realizados monitoramentos contínuos das operações financeiras, de acordo com o enquadramento das carteiras de títulos para negociação (*trading*) e carteiras de títulos não classificadas para negociação (*banking*), considerando também a composição do Patrimônio de Referência Exigido – PRE.

Em relação ao risco de liquidez, são realizadas periodicamente análises gerenciais do fluxo de caixa do Banco, com o objetivo de verificar possíveis descasamentos de prazo ou de volume entre os pagamentos e recebimentos possíveis de Ativo e Passivo, tomando-se como referência diversos cenários de estresse.

Em virtude dos possíveis efeitos decorrentes de movimentos inesperados do mercado, que não são capturados pelo modelo Value at Risk (VaR), o BANESE utiliza técnicas de análise de cenários, através da realização de simulações de condições extremas de mercado, denominados testes de estresse, as quais devem contemplar quebras de premissas. Estas projeções obedecem ao disposto na Resolução CMN nº 3.464/2007.

O fundamento da análise de sensibilidade é apresentar qual a perda das posições financeiras assumidas pelo banco em função de variações em determinadas variáveis de mercado. O quadro abaixo demonstra a análise de estresse da carteira consolidada (*trading* e *banking*) com posição de 31 de março de 2011.

Fatores de Risco	Exposição Financeira	Cenário 1 - Δ	Cenário 2 - Δ	Cenário 3 - Δ
Pré	1.156.448	(17.658)	(34.524)	(50.649)
Cupom de TR	(727.914)	(3.631)	(6.897)	(9.845)

A análise de projeção foi realizada considerando os seguintes choques nas curvas de juros:
 Cenário 1: Variação de 100 base points (1%) na taxa de juros pré-fixada e no cupom de TR;
 Cenário 2: Variação de 200 base points (2%) na taxa de juros pré-fixada e no cupom de TR;
 Cenário 3: Variação de 300 base points (3%) na taxa de juros pré-fixada e no cupom de TR.

A Área de Gestão de Riscos tem por atribuição monitorar e controlar os riscos de mercado a que o BANESE está exposto. Desta forma, assegura-se que, em posse da análise dos cenários de estresse, a Diretoria Executiva poderá tomar ações proativas no sentido de mitigar os riscos de suas posições financeiras, com o intuito de garantir o monitoramento contínuo da relação risco versus retorno das nossas exposições, visando desse modo garantir a solvabilidade do banco.

26. REMUNERAÇÃO PAGA A FUNCIONÁRIOS E ADMINISTRADORES

Os valores máximos, médios e mínimos da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários e administradores são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta	Funcionários (1) R\$	Administradores (2) R\$
Máxima	19.449,72	18.126,80
Média	3.419,02	18.126,80
Mínima	1.250,00	18.126,80

- (1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.
- (2) Inclui honorários, verba de representação e direitos individuais atribuídos a funcionários.

Em 31 de março de 2011, o número de funcionários do Banco do Estado de Sergipe totalizava 1.105 (1.113 – 31.12.2010), registrando-se, no período, um decréscimo de 0,72% no quadro de pessoal do Banco.

Notas Explicativas**27. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 600 de 07 de outubro de 2009, e Pronunciamento Técnico CPC 33, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, sobre a contabilização de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Estado de Sergipe, no reconhecimento de suas obrigações:

a) Política contábil adotada pelo Banco no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue o disposto no item 92 do Pronunciamento CPC 33, ou seja, é reconhecida a parcela dos ganhos ou perdas atuariais que exceda o maior valor entre:

- 10% do valor presente da obrigação atuarial do benefício definido; e
- 10% do valor justo dos ativos do plano.

b) Descrição geral das características do plano previdenciário de benefício definido

O BANESE presentemente mantém um único plano previdenciário para os seus empregados e ex-empregados (aposentados, participantes vinculados e falecidos), administrado pelo Instituto BANESE de Seguridade Social - SERGUS, cujo objetivo é assegurar aos participantes, pensionistas e dependentes benefícios suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

c) Características do plano de previdência dos funcionários do Banco do Estado de Sergipe

O Banco é patrocinador do Instituto Banese de Seguridade Social - SERGUS, constituído em 13.06.1980, entidade fechada de previdência complementar, custeada por contribuições dos participantes ativos, participantes assistidos e de patrocinadoras, abrangendo os seguintes benefícios: suplementação de aposentadoria por idade, invalidez, por tempo de serviço e especial, suplementação de benefício diferido por desligamento, pecúlio por morte, auxílio doença, auxílio reclusão, suplementação de pensão e abono anual.

d) Relações de contribuições (Participantes/patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Estado de Sergipe atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20/1998, registrando, ao final do primeiro trimestre de 2011, a relação contributiva de 1:1 (em 31.12.2010 1:1).

e) Premissas atuariais**e.1 Premissas Biométricas:**

Tábua de mortalidade geral de válidos: AT-83; tábua de mortalidade de inválidos: RP2000 Disabled - por sexo; tábua de entrada em invalidez - WYATT 1985 Disabled Study Class 1 - por sexo; tábua de rotatividade - nenhuma.

e.2 Premissas Econômicas:

Taxa de rendimento dos ativos do plano: 5,0% a.a.; taxa de inflação futura 5,0% a.a.; custo anual dos juros: 10,25%; rendimento anual esperado (ativos): 10,25%; índice de aumento salarial real estimado 1,6% a.a.; taxa de crescimento de benefícios 0,00% a.a.; fator de determinação do valor real dos salários e dos benefícios da entidade: 98,00%; taxa de custeio administrativo: 10,00% incidentes sobre o custo anual do plano; índice de reajuste do plano: INPC/IBGE; USB = R\$ 258,55.

Notas Explicativas

Para execução de seus objetivos, o Instituto recebe contribuições mensais do Banco e de seus participantes, calculados com base na remuneração mensal dos empregados. No final do trimestre o superávit acumulado foi da ordem de R\$ 5.661 mil, conforme informações do atuário, a seguir discriminados:

	31.03.2011
Ativo líquido do plano	371.518
Benefícios concedidos	(108.883)
Benefícios a conceder	(256.974)
Superávit técnico	5.661

f) Planos de assistência à saúde e odontológico

O Banco patrocina o Plano de Assistência a Saúde para seus funcionários, com um percentual de 4% da folha de pagamento, e para o Plano Odontológico com 50% da contribuição do associado, os quais são destinados aos funcionários ativos, não assumindo nenhuma responsabilidade após a aposentadoria.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS (BANCO)

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução BACEN nº 3.750, de 30/06/2009, e do Pronunciamento Técnico CPC 05. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas. Os principais saldos mantidos com partes relacionadas podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
	31.03.2011	31.03.2011
Empresas consolidadas		
Depósitos à vista		
SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(881)	-
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	(394)	-
Depósitos à prazo		
SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(21.551)	(754)
Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda	(2.637)	(60)
Outras obrigações		
SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	(2.437)	-
Outras despesas operacionais		
SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda	-	(7.363)
Controladores e pessoal chave da administração		
Depósitos à vista		
Controladores e pessoal chave da administração	(7.114)	-
Depósitos à prazo		
Controladores e pessoal chave da administração	(145.194)	(3.871)

29. OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Garantias concedidas**

O Banese concedeu garantias, por meio de fianças bancárias, cujo montante em 31 de março de 2011 era de R\$ 2.972 (R\$ 2.905 – 31.12.2010).

Notas Explicativas**b) Créditos cedidos**

O Banese possui créditos cedidos com coobrigação, em 31 de março de 2011 o montante de R\$ 496 (R\$ 496 – 31.12.2010).

c) Fundos de investimento

O Banese é distribuidor de Fundos de Investimento via sua rede de agências cujo patrimônio em 31 de março de 2011 era de R\$ 20.494, sendo R\$ 7.511 do Fundo BNY Mellon Banese Strategy FIC FIM e R\$ 12.983 do Fundo BNY Mellon Banese Expert FI Renda Fixa (R\$ 20.582 – 31.12.2010).

Vera Lúcia de Oliveira

Diretora de Finanças e de
Relações com Investidores

José Anderson Santos de Jesus

Contador - CRC-SE - 4.458/0-7
CPF - 189.382.725-91

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**COMENTÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E COMPORTAMENTO DAS PROJEÇÕES EMPRESARIAIS**

Apresentamos o comentário sobre o desempenho e comportamento das projeções empresariais do BANESE no **Primeiro Trimestre de 2011**.

1. RECURSOS**1.1 RECURSOS DE TERCEIROS**

A Captação Global do **BANESE**, originária de recursos de terceiros, totalizou R\$ 2.268,6 milhões em 31.03.2011, incluindo os recursos captados para distribuição em cotas de Fundos de Investimentos no valor de R\$ 20,5 milhões, onde o Banco atuou como distribuidor, contra 1.975,8 milhões em 31.03.2011, registrando incremento de 14,8% sobre o 1T10.

Destacamos os Depósitos de Poupança que registraram saldos de R\$ 633,3 milhões, apresentando incremento de 26,4% quando comparados ao 1T10 (R\$ 501,0 milhões), e de 1,7% em relação ao 4T10 (R\$ 622,6 milhões).

1.2 RECURSOS PRÓPRIOS

O Patrimônio Líquido registrou saldo de R\$ 196,3 milhões no 1T11, R\$ 41,3 milhões acima do resultado registrado no 1T10 (R\$ 155,0 milhões), o que representa um incremento de 26,6%. Se comparado ao 4T10 (R\$ 177,3 milhões) verifica-se um incremento de 10,7%.

2. APLICAÇÕES**2.1 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

As Operações de Crédito alcançaram o montante de R\$ 1.249,8 milhões em março de 2011, registrando crescimento de 50,8% quando comparado ao 1T10 (R\$ 828,6 milhões), e de 8,7% em relação ao 4T10 (R\$ 1.150,1 milhões). Do seu total, 2,8% (R\$ 36,1 milhões) encontram-se devidamente provisionados, observando as regras de classificação de risco definidas pelo BACEN.

Enfatizamos a Carteira Comercial que registrou crescimento no montante de R\$ 359,1 milhões, apresentando incremento de 52,5% em relação ao 1T10 (R\$ 683,8 milhões) e de 9,6% em relação ao 4T10 (R\$ 951,1 milhões), contabilizando a cifra de R\$ 1.042,9 milhões em operações de crédito.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

2.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras foram compostas por Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, Títulos e Valores Mobiliários livres, Operações Compromissadas, Vinculadas ao Banco Central e à prestação de garantias, Compulsórios de depósitos de poupança e à vista.

A soma dessas aplicações mais os compulsórios no BACEN alcançaram o montante de R\$ 1.143,2 milhões no 1T11, com decréscimos de 2,5% comparativamente ao 1T10 (R\$ 1.171,9 milhões). Representa 50,8% da Captação Global e 42,7% do Ativo Total.

Com referência a Circular nº 3.068 do BACEN, que estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, ao final do trimestre o **BANESE** encontrava-se devidamente enquadrado às regras.

2.3 ATIVO TOTAL

O Ativo Total alcançou o montante de R\$ 2.677,8 milhões ao final de março de 2011, com crescimento de 20,3 % sobre o 1T10 (de R\$ 2.226,4 milhões) e de 4,3% em relação ao 4T10 (R\$ 2.568,3 milhões).

3. RESULTADO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O resultado líquido do 1º trimestre/2011 atingiu o montante de R\$ 21,6 milhões, apresentando um incremento de 148,3% em relação ao 1T10 (R\$ 8,7 milhões). Em relação ao 4T10 (R\$ 18,2 milhões), houve um crescimento de 18,7% no resultado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O **BANESE**, norteado em estratégias que visam a perenidade da organização, alcançou neste trimestre aumento no seu volume de negócios, alinhado ao planejamento empresarial estabelecido para o 1º semestre de 2011.

Em, 26.03.2011

Carolina da Silva Bezerra Reis
Gerente da Área de Gestão Orçamentária - ARGOR

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco do Estado de Sergipe S.A. - BANESE
Aracaju - SE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do Banco do Estado de Sergipe S.A. (Banco), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e as demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias

Conforme nota 2, por entender que os custos gerados para elaboração e apresentação das informações contábeis das controladas SEAC – Sergipe Administradora de Cartões e Serviços Ltda. e Banese Administradora e Corretora de Seguros Ltda. , referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2010, para fins de comparabilidade, superam os benefícios por ela produzidos em razão da irrelevância dos saldos contábeis. O Banco está apresentando apenas as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e o relatório de desempenho do trimestre findo em 31 de março de 2011.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias individual e consolidada do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida pelas normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR). Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demais informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 25 de fevereiro de 2011, que não contém modificação.

Salvador, 6 de maio de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5 "S" SE

José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC 1RJ087339/O-4 "S" SE

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC 1RJ086312/O-6 "S" SE

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal do Banco do Estado de Sergipe S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Balancete referente ao mês de março de 2011 e, com base nesta análise, concluíram que o referido Balancete reflete adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Empresa. Aracaju (SE),

Aracaju (SE), 27 de abril de 2011.

ADINELSON ALVES DA SILVA
Conselheiro

RICARDO DE OLIVEIRA NUNES
Conselheiro

MOACIR JOAQUIM DE SANTANA JUNIOR
Conselheiro Conselheiro

FERNANDO AKIRA OTA

FERNANDO MONTEIRO MARCELINO
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso VI, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referente ao primeiro trimestre de 2011.

Saumíneo da Silva Nascimento
Presidente

Vera Lúcia de Oliveira
Diretora de Finanças e de Relações com Investidores

Edson Freire Caetano
Diretor de Crédito de Desenvolvimento

Rodrigo Nascimento Corumba
Diretor Administrativo e de Tecnologia

Carlos Alberto Tavares Ferreira
Diretor de Crédito Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Conforme preconiza a Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, respaldado em seu artigo 25, § 1º, inciso V, o corpo diretivo do Banco do Estado de Sergipe S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes emitidos pela KPMG Auditores Associados após a apreciação das demonstrações financeiras referente ao primeiro trimestre de 2011.

Saumíneo da Silva Nascimento
Presidente

Vera Lúcia de Oliveira
Diretora de Finanças e de Relações com Investidores

Edson Freire Caetano
Diretor de Crédito de Desenvolvimento

Rodrigo Nascimento Corumba
Diretor Administrativo e de Tecnologia

Carlos Alberto Tavares Ferreira
Diretor de Crédito Comercial